



SCIENTIFIC MAGAZINE

.online



Scientific Magazine

SCIENTIFIC MAGAZINE-,
Ano: XIX , V. 15. -nº 132/- 2021- São Paulo. SP.

Publicação contínua
E-mail: scientificmagazine@hotmail.com
ISSN: 2177-8574
Versão online
Resumo português
Resumo inglês

Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-2016.
Quadrimestral: 2017- Mensal: 2018

Modo de acesso:
<http://scientificmagazine.com.br/>

A SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line)
Registro no ISSN: 2177-8574.
A fim de cumprir com a periodicidade contínua
corresponde ao Ano XIII, nº 132/Junho/ 2021.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de
responsabilidade de seus respectivos autores.
de pareceristas *ad hoc* e consultores sobre
compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente
desde 2006.

ORGANIZADORES
Fabiana Catellan Erich
Walmir Chagas
Luiz Carlos Fabian
Revisão:
Joel Farias Pettiere
Angela Costa Filage
Marcondes Ferreira Lopes

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Rubens Ranzinny
Aparício Francis Ribeiro

DOI: [10.29327/218457](https://doi.org/10.29327/218457)



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins
Prof. Dr. Fabio Marques Barros
Prof. Dr. José Contenatto
Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa
Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato
Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani
Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa
Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz
Prof^a Ms. Mara Cristina da Conceição
Profa. Doutoranda Rosana Erenice X. da Silva Lucas
Profa. Dra Paula Lerner Marques
Profa. Dra. Maria Antônia Costa Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Profa. Dra. Lemert Hernandez Paz
Profa. Esp. Juliana Luz Rodrigues
Profa. Dra. Pilar Castillo
Profa. Dra. Llena Sánchez
Profa. Dra. Ivet García Dussel
Profa. Dra. Esther Muñoz Carriego

DIRETORES

Prof. Ms. Mauricio Furlanetto
Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS

Ms. André Luís
Ms. Francisca Lira Schummer

COMISSÃO CIENTÍFICA

Bel. Lurie Amarante Neves
Profa. Esp. Maria das Vitória dos Santos Henriques
Silva
Profa. Esp. Jaqueline Priscila dos Santos
Prof^o. Adilson Pinto da Silva
Profa. Esp. Lucimara Ferraz Cavalanti Mendes
Profa. Esp. Viviane Silvano Borges Alves
Profa. Esp. Sonia Macária da Silva
Profa. Esp. Andressa Ferreira Costa
Profa. Esp. Claudia Fernandes Ferreira
Profa. Esp. Keytyny Fayfer Silva de Oliveira
Profa. Esp. Neide Aparecida Barbosa
Profa. Esp. Alda Schirley de Aquino
Prof^o. Esp. Fagner Teixeira Silva
Mestranda Imaculada Conceição Fernandes Costa
Mestranda Josiane do Pilar Santos de Souza
Mestranda Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa
Bel. Leandro Araújo Vieira
Profa. Esp. Maria do Pilar Filho
Profa. Esp. Simôni Carrijo Batista

SUMÁRIO

RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIMINOSOS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE DISSOCIAL.....	12
Lurie Amarante Neves	12
A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	27
Maria das Vitória dos Santos Henriques Silva.....	27
Jaqueline Priscila dos Santos.....	27
A ACESSIBILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE CUIABÁ- MT	41
Adilson Pinto da Silva	41
Lucimara Ferraz Cavalanti Mendes.....	41
Viviane Silvano Borges Alves.....	41
Sonia Macária da Silva.....	41
A IMPORTÂNCIA DE AULAS PRÁTICAS NO ENSINO DE QUÍMICA.....	61
Andressa Ferreira Costa	61
Claudia Fernandes Ferreira	61
Keytyny Fayfer Silva de Oliveira.....	61
Neide Aparecida Barbosa.....	61
RESENHA ANISIO TEIXEIRA	67
Alda Schirley de Aquino	67
Fagner Teixeira Silva.....	67
Imaculada Conceição Fernandes Costa.....	67
Josiane do Pilar Santos de Souza.....	67
AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E FATORES ASSOCIADOS AO EMPODERAMENTO DAS ADOLESCENTES	72
Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa	72
Leandro Araújo Vieira	72
RESENHA ÉMILE DURKHEIM	89
Imaculada Conceição Fernandes Costa.....	89
Josiane do Pilar Santos de Souza.....	89

Maria do Pilar Filho	89
Simôni Carrijo Batista	89
ENSINO HÍBRIDO NA LINGUA PORTUGUESA E SUAS TECNOLOGICA	96
Andressa Ferreira Costa	96
Claudia Fernandes Ferreira	96
Keytyny Fayfer Silva de Oliveira	96
Neide Aparecida Barbosa.....	96

RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIMINOSOS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE DISSOCIAL

Lurie Amarante Neves¹

RESUMO:

O artigo apresentado versa sobre a ressocialização de pessoas com transtorno de personalidade antissocial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. O Transtorno de personalidade antissocial, às vezes chamado de sociopatia, é uma condição mental em que uma pessoa constantemente não mostra nenhuma consideração pelo certo e errado e ignora os direitos e sentimentos dos outros. As pessoas com transtorno de personalidade antissocial tendem a antagonizar, manipular ou tratar os outros com dureza ou com indiferença insensível. Eles não demonstram culpa ou remorso por seu comportamento. Indivíduos com transtorno de personalidade antissocial, muitas vezes violam a lei, tornando-se criminosos. Podem mentir, comportar-se violentamente ou impulsivamente e ter problemas com o uso de drogas e álcool. Por causa dessas características, as pessoas com esse transtorno geralmente não podem cumprir as responsabilidades relacionadas à família, trabalho ou escola.

Palavras-chave: Transtorno de personalidade; Saúde mental; Ressocialização.

ABSTRACT

The article presented is about the resocialization of people with antisocial personality disorder. This is a qualitative bibliographic research. Antisocial Personality Disorder, sometimes called sociopathy, is a mental condition in which a person constantly shows no regard for right and wrong and ignores the rights and feelings of others. People with antisocial personality disorder tend to antagonize, manipulate, or treat others harshly or with insensitive indifference. They show no guilt or remorse for their behavior. Individuals with antisocial personality disorder often break the law, becoming criminals. They may lie, behave violently or impulsively, and have problems with drug and alcohol use. Because of these characteristics, people with this disorder often cannot fulfill responsibilities related to family, work, or school.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC. E-mail: lurieamarante@hotmail.com.

Keywords: Personality disorder; Mental health; Resocialization.

1. INTRODUÇÃO

Desde muito tempo, a superlotação carcerária tem sido um grande problema no sistema penal brasileiro, longe de ser estagnado atualmente, e que apenas tem restringido a liberdade dos indivíduos e não tentando uma forma de ressocializá-los.

Ocorre que, dentro dessa população carcerária se encontram vários tipos de pessoas, com personalidades diferentes, de acordo com a tese desenvolvida pelo Dr. Michael Stone quando fala sobre a escala de maldade.

Desta mesma forma o indivíduo após ser condenado por um determinado crime deve ser submetido a testes psicológicos para separá-lo de uma pessoa que tenha condições de ser ressocializado (uma pessoa normal) de um psicopata (pessoa com transtorno de personalidade dissocial).

A psicopatia envolve uma série de fatores neurobiológicos, sociais e características emocionais que tornam o psicopata diferente da população geral. De uma perspectiva biológica, o cérebro dos psicopatas apresenta diversas anormalidades estruturais e funcionais, como redução de matéria em áreas frontais e temporais, bem como anomalias no córtex pré-frontal.

Neste contexto a pesquisa apresentada justifica-se na reflexão sobre encarcerar o portador de transtorno de personalidade dissocial em penitenciárias diferenciadas, com tratamentos diferenciados, para que durante o cumprimento de sentença conseguir particular o indivíduo que pode voltar a conviver em sociedade do indivíduo que deva permanecer em prisão perpétua.

2. O DIREITO DO TRABALHO DO REEDUCANDO COMO PREVISÃO LEGAL

Sérgio Pinto Martins (2009, p. 29) assevera que o Trabalho no início dos tempos era considerado um castigo, o próprio significado da palavra Trabalho, do latim *trapalium*, indica suplício, tortura, sofrimento, condição inferior. Entretanto no desenvolver da história da humanidade a ideia de Trabalho deixou de ser aquela em que trabalhar é algo para os não livres e passou a ser motivo de enobrecimento, uma atividade humana importante, passando a ser na atualidade uma questão de status social. Outrora, vale ressaltar que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica, segundo a qual “as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados”.

Dessa forma, o trabalho é um direito social dos apenados conforme artigo sexto da Constituição da República Federativa do Brasil. Para Rosa (1995, p. 129) “embora o recluso seja um trabalhador de uma espécie peculiar – pois o trabalho que executa é consequência de sua pena - a tendência é colocá-lo em igualdade de condições com o trabalhador livre, no que se refere à aplicação das leis sociais.”

Na prisão o Trabalho, não tem viés de castigo, é um direito que os possibilitará de serem úteis, não ficando na ociosidade e desenvolvendo habilidades que poderão ser úteis no momento da liberdade. Segundo Gustavo Octaviano Diniz Junqueira (2006, p. 36), afirma que o trabalho do preso é entendido como direito e dever (artigo 31 da LEP). Direito em razão de sua íntima conexão com a dignidade humana, no sentido de que o indivíduo tem o direito de se considerar produtivo e assim buscar a construção de sua personalidade. Dever porque o trabalho é indicado pela legislação como instrumento hábil a colaborar na integração social do condenado, objetivo da LEP. Na concepção de Luiz Flávio Gomes (2007, p. 868) o trabalho é um dever do preso. Quando ele reúne capacidade para o trabalho, deve trabalhar, mas não se pode impor trabalho forçado (trabalho desumano ou cruel), que é constitucionalmente proibido (CF, art. 5º, XLVII, c). Assim “O trabalho do preso será sempre

remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social” (CP, art.39).

Dessa forma, como dito acima, o trabalho será remunerado, e buscará atender a indenização pelos danos causados na prática criminosa, a assistência a família, pequenos gastos pessoais do preso e ressarcimento do Estado pelas despesas com a manutenção do condenado (artigo 29 LEP). Sobrando quantia, deverá ser depositada em caderneta de poupança, formando o pecúlio, que deverá ser disponibilizado quando o sujeito voltar a liberdade, ajudando-o em sua reintegração social.

Nesse sentido, é a lição do renomado doutrinador Mirabete apud Miguel Reale Junior, (2011, p.249): “O trabalho não vale tão-só por criar bens econômicos, pois tem maior relevo sua importância existencial e social, como meio que viabiliza tanto a autoafirmação do homem como a estruturação da sociedade”.

Ademais, essa obrigatoriedade do trabalho no presídio decorre da falta do pressuposto de liberdade, pois, em caso contrário, poder-se-ia considerar sua prestação como manifestação de um trabalho livre, que conduziria a sua inclusão no ordenamento jurídico trabalhista. Porém, o Trabalho dos apenados terá um regime diferenciado, pois não estará sujeito à Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, visto que sua natureza é outra, pois nasce junto com a pena. E esse regime garante alguns direitos e não oferece outros, gerando grandes discussões acerca das garantias trabalhistas dos apenados.

Assim, a jornada normal de trabalho não deve ser inferior a seis, nem a superior a oito horas, com descansos nos domingos e feriados, em se tratando de trabalho interno, e sua organização, seus métodos e a atribuição estão submetidos às normas da Lei de Execução Penal (arts. 28 ss).

Gomes (2007, p. 868), discorre que a inexistência de trabalho no local da prisão não confere ao preso direito a remição. Mas nesse caso, considerando-se a

disposição do preso para trabalhar assim como o tratamento igualitário, a possibilidade de estudar para o efeito da remição da pena.

Diante desta previsão pode-se dizer que há um incentivo para a realização do Trabalho, que não tem caráter de “forçado”, mas sim de caminho para alcançar a ressocialização. Difícil talvez seja alcançar todos os objetivos previstos para a remuneração, que é um valor mínimo e deve ser destinada a tantos fins.

A LEP continua a dispor sobre o dever do Trabalho, contudo destacando a importância da individualização da pena, tendo em vista que cada preso deverá desenvolver um trabalho que corresponda às suas aptidões e capacidade, a sua habilitação, condição pessoal, necessidades futuras e oportunidades oferecidas pelo mercado.

Neste sentido, claras se tornam as lições de Mirabete (2002, p.88),

O Trabalho nas prisões (...) tem como finalidade alcançar a reinserção social do condenado e, por isso, deve ser orientado no sentido das aptidões dos presos, evidenciadas no estudo da personalidade e outros exames, tendo-se em conta também, a profissão ou o ofício que o preso desempenhava antes de ingressar no estabelecimento. Na medida do possível deve permitir-se que o preso eleja o Trabalho que prefere e para o qual se sinta mais motivado e atraído. (...) de tal modo que o preso se sinta realizado pelo prazer funcional sentido no processo laboral e pelo seu resultado.

Nesta feita o maior valor do trabalho, está na reconquista da auto-estima, da ocupação do tempo e da capacitação que muito auxilia no momento da liberdade.

Outrora, vale ressaltar que para o reeducando provisório, o trabalho é facultativo (artigo 31, parágrafo único, da LEP). Para o reeducando definitivo, é obrigatório. Se deixar de trabalhar de forma injustificada, apesar da indicação do diretor do estabelecimento, prática falta grave, perdendo uma série de benefícios.

Ao condenado em regime fechado será possível trabalho externo em obras públicas e até mesmo em entidades privadas, desde que tomadas às providências disciplinares necessárias e de prevenção contra fugas, sendo que o

número de presos não poderá exceder 10% do número de empregados da obra (artigo 36, caput, § 1º, da LEP). No caso do condenado em regime fechado, é sempre necessária a vigilância direta. Não há restrição legal ao trabalho externo ao condenado por crime hediondo.

No caso do condenado em regime semiaberto, será possível também o trabalho externo, e sem vigilância ostensiva. Para tanto, necessário que tenha cumprido um sexto da pena e tenha circunstâncias subjetivas favoráveis em seu cumprimento. (artigo 37, caput, da LEP).

Enfim, o sentido imanente da reinserção social, conforme o estabelecido na Lei de Execução compreende a assistência e ajuda na obtenção dos meios capazes de permitir o retorno do apenado e do internado ao meio social em condições favoráveis para sua integração, não se confundindo com qualquer sistema de tratamento que procure impor um determinado número de hierarquia de valores em contraste com os direitos do condenado.

Quanto à responsabilidade penal das personalidades psicopáticas, a doutrina brasileira classifica-os como semi-imputáveis, justamente por encontrarem-se na fronteira entre os criminosos comuns (imputáveis) e os doentes mentais (inimputáveis). Nesse sentido, insta mencionar o caput do art. 26 do atual Código Penal, que traz expressamente os dois aspectos nos quais a inimputabilidade está pautada, quais sejam, se o agente era, “ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. (CAPEZ, 2007)

De maneira mais clara, um homem considerado imputável deve ser compreendido como um ser inteligente para distinguir o certo do errado e livre para escolher o caminho que deseja tomar. Diante disso, caso não seja inteligente para compreender o bom e o ruim, sabendo distingui-los, bem como não tiver liberdade para decidir como irá comportar-se, não poderá ser

responsabilizado caso pratique um ato ilícito, tratando-se de agente inimputável. (TELES, 2004)

Ante aos conceitos supramencionados, resta claro que, mais uma vez, as personalidades psicopáticas estão inseridas entre a imputabilidade e a inimputabilidade, sendo, portanto, classificados como semi-imputáveis, vez que, apesar de compreender o lícito e o ilícito, o certo e o errado, o bom e o mau, tais indivíduos muitas vezes não conseguem determinar-se conforme esse entendimento, dada sua natureza impulsiva e imediatista, atuando sempre em prol de saciar seus desejos, colocando-se acima de qualquer lei. (CAPEZ, 2007)

Como fronteiroço, o psicopata condenado criminalmente poderá ser submetido tanto à pena de prisão, o que é o caso de vinte por cento da população carcerária brasileira, como à medida de segurança, aplicada em substituição à pena de prisão. Para tanto, observa-se primordialmente a finalidade de cada instituto, aplicando aquele que melhor se adequar ao caso.

Nesse sentido, importa esclarecer que a pena de prisão será dosada de maneira a garantir a reprovação e a prevenção do crime, isto é, permitir que a sociedade seja vingada, aplicando ao indivíduo uma punição proporcional ao dano ocasionado e, igualmente, inibir a prática de novos crimes, de modo a garantir o cumprimento de suas finalidades retributiva e preventiva.

Como supramencionado, vinte por cento da população carcerária pode ser diagnosticada como psicopatas e, dentro deste percentual, metade são responsáveis por crimes graves. Além disso, a taxa de reincidência criminal dos indivíduos que possuem o transtorno é em média duas vezes maior do que dos demais criminosos, e três vezes mais quando se trata daqueles que tenham praticado crimes de violência acentuada. (SILVA, 2010)

Tais números deixam claro que a pena privativa de liberdade não possui nenhuma eficácia sobre o criminoso psicopata, vez que estes são

naturalmente antissociais. Desta forma, muitas vezes a pena legalmente prevista tem sido aplicada com o único intuito de dar um descanso à sociedade.

Frisa-se que, tratando-se de semi-imputáveis, caso julgue mais adequado, o magistrado possui a discricionariedade de optar pela aplicação de medida de segurança ao criminoso psicopata, podendo decidir, ainda, se o agente será ou não submetido a tratamento dentro ou fora de âmbito hospitalar. (GRECO, 2011)

Todavia, é sobretudo importante assinalar que, em que pese existam medicamentos para promover sensação de saciedade, inibir o comportamento violento, dentre outros, a psicopatia não possui cura nem tratamento efetivo, não havendo, portanto, nenhum sentido em aplicar medidas de internação ou tratamento ambulatorial aos criminosos psicopatas. (WEINMANN, 2009)

É por isso que a maioria dos juízes opta pela aplicação de pena privativa de liberdade aos criminosos psicopatas, sobretudo nos casos de maior repercussão midiática e envolvendo Tribunal do Júri, onde o magistrado aplica a pena de prisão deixando de observar garantia legal de que aos criminosos psicopatas aplica-se a sanção prevista no tipo com a redução de pena obrigatória aos semi-imputáveis, ignorando os laudos médicos que atestam o transtorno de personalidade.

Tal comportamento satisfaz o clamor da sociedade, que acredita que a severidade da norma penal e sua célere aplicação já é suficiente (GRECO, 2011). Contudo, a escolha pela prisão e a severidade no cálculo da pena não é a melhor forma de garantir que se sejam cumpridas as normas, sobretudo quando se fala em prevenção especial da criminalidade. Isto porque, além de a prisão não surtir nenhum efeito positivo sobre as personalidades psicopáticas, assevera França (2004) que a convivência entre psicopatas e criminosos comuns é extremamente nociva para ambos, pois essa convivência aumenta suas

tendências marginalizantes e, por consequência, prejudica a ressocialização daqueles que são recuperáveis.

Destarte, nenhum dos tratamentos penais atualmente aplicados aos criminosos psicopatas, mesmo quando agravados, surtem os efeitos desejados pelo Direito Penal, conforme demonstrado. Todavia, a pena privativa de liberdade pode funcionar perfeitamente quando aplicada ao criminoso comum, desde que executada em consonância com as normas e princípios que circundam o Direito Penal brasileiro, o que não ocorre na prática.

3. RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIMINOSOS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE DISSOCIAL

Para uma compreensão precisa do elemento normativo da defesa da insanidade e, principalmente, da psicopatia, também é importante destacar e ter em mente duas outras questões. O primeiro é a distinção entre 'compreender' e 'apreciar', pois são termos mais amplos do que 'conhecer' ou 'distinguir' e permitem uma classificação mais precisa das nuances das deficiências.

O segundo, e isso é fundamental para a psicopatia, é que as referências à “natureza ilegal do ato” ou à “criminalidade de sua conduta” apelam a uma concepção mais legalista do certo e do errado. A responsabilidade é construída com base em uma responsabilidade normativa e requer uma capacidade padrão para compreender que o ato alegado é *contra a lei* e, portanto, proibido e também é a capacidade de autocontrole de obedecer à lei e evitar comportamento criminoso, não importa o motivo.

A lei, é claro, responde às decisões morais da política criminal em relação aos valores sociais, interesses e objetivos preventivos. Especificamente no que diz respeito à prestação de contas, a lei se traduz em uma decisão normativa, o que parece aceitável para ser responsabilizada criminalmente, em uma sociedade específica e em um momento específico. Ou seja, estabelece as condições mínimas

para ser considerado, legalmente, um 'agente racional', como é esperado na população em geral.

A prestação de contas, portanto, é considerada anterior à responsabilidade criminal. Presume-se para todos, a menos que se prove o contrário. Se esse recurso padrão estiver presente, a responsabilidade criminal é modulada por "mens rea" (mente culpada, imprudência ou negligência) e a ausência de qualquer desculpa motivacional total ou parcial, por exemplo, coação.

No entanto, a expressão "a falta de conduta dele" (USC), a menos que seja interpretada como sinônimo de "ilegalidade" *legal*, evoca um entendimento moralmente infundido de responsabilidade e parece apelar a um compromisso mais interno com os valores morais subjacentes à lei. É importante entender e ter em mente, particularmente no que diz respeito à psicopatia, a fim de o papel potencial da emoção na construção da responsabilidade criminal.

Para resolver a questão, Paixão (1991), citando Britto, aponta a necessidade de se dosear a duração do tempo de prisão levando em conta o grau de resistência do condenado à ação da pena, isto é, a condenação à princípio deve ser abstrata, mencionando exclusivamente em que regime deverá ser cumprida e, ao longo do cumprimento, poderá ser reduzida ou ampliada, a depender do grau de regeneração do apenado. Aqui, o problema que se tem é a impossibilidade de recuperação do criminoso psicopata, tendo a sentença os mesmos efeitos de uma condenação perpétua ou, ao contrário, terminaria em um tempo muito reduzido dado a habilidade dos psicopatas de manipularem e fingirem, dificultando a avaliação dos profissionais responsáveis pela avaliação de sua recuperação. (SILVA, 2010).

A responsabilidade criminal é o resultado de um julgamento de imputação do réu em relação ao ato ilícito. O réu é responsável, portanto, por não obedecer ao comando da lei, quando ele era, de acordo com o padrão normativo,

capaz de fazê-lo. A especificação legal de quem é capaz de 'fazê-lo' reflete, na realidade, o que cada sociedade e sistema de aplicação consideram como uma desculpa aceitável das condições gerais de responsabilidade criminal. Isso explica as diferenças entre os países em relação, por exemplo, à responsabilização de menores, indivíduos com doenças mentais ou ao tratamento legal de indivíduos com dependências. Portanto, a questão de saber se o componente emocional da racionalidade humana deve ou não ser considerado não tem uma resposta jurídica direta derivada do que a ciência pode nos dizer sobre isso.

Então, o tratamento legal dos psicopatas deve ser alterado, reinterpretando a defesa da insanidade? Acredito que não. Deveriam ser exonerados, porque, apesar de saberem que um ato é proibido ou exigido, eles não se importam com os danos materiais do ato proibido nem com a punição? Aqueles que não estão internamente e moralmente comprometidos com a lei, devem ser responsabilizados por seus atos? Acredita-se claramente que sim.

Antes de tudo, porque, como Morse também reconhece (2008, p. 209), tal argumento levaria teoricamente a desculpar ou atenuar 'psicopatas aculturados' por seus crimes específicos. Isso se aplica a fanáticos, terroristas doutrinados precocemente ou criminosos 'por condenação', que cometeram seus crimes considerando os outros, basicamente, como 'inimigos', 'subumanos', danos 'colaterais' ou apenas irrelevantes. Também exoneraria 'machos' ao se envolverem em violência de gênero ou pessoas ideologicamente em favor do aborto ou da eutanásia (se a lei os proibir). Onde estaria o limite? Porque todos eles cometeram seus crimes totalmente convencidos de que estão agindo moralmente, de acordo com seu código ideológico, religioso, ético ou cultural superior.

O objetivo do direito penal é proteger a sociedade, a fim de proteger os direitos de todos os seus cidadãos, impedindo transgressões de regras sociais e valores éticos fundamentais, decididos de acordo com as regras da

democracia. Para tornar isso possível, é importante justificar a aplicação da lei, a expectativa de que a lei seja, em geral, respeitada, mesmo por aqueles que não compartilham seus valores ideologicamente ou moralmente.

Basear as decisões sobre a aplicação da lei em peculiaridades ou diferenças internas e individuais destruiria a própria base do nosso atual sistema de direito penal baseado em culpabilidade. E a alternativa a esse sistema é um sistema de direito penal baseado na periculosidade biossocial criminal.

Todavia, há de se ressaltar que, qualquer que seja a pena sugerida ao criminoso psicopata, é comum o entendimento de que as personalidades psicopáticas não devem conviver com os criminosos recuperáveis. Isso se deve, inicialmente, ao fato de que os psicopatas, quando não desejam cooperar para conseguir uma rápida progressão de regime, manipula os demais presos para fazerem o que deseja, costumando ser líderes de rebeliões nos presídios. (SILVA, 2010).

Além disso, essa convivência também é prejudicial à segurança dos demais detentos, vez que os psicopatas não conseguem frear seus impulsos e na maioria das vezes são autores de crimes dentro dos presídios, como é o caso do psicopata conhecido pela alcunha de “Pedrinho Matador”, que foi responsável pela morte de mais de 50 homens dentro dos presídios brasileiros, dentre eles o seu próprio pai, sob a justificativa de que todos mereciam a morte.

Inobstante dizer que, para realizar essa separação, necessário se faz a realização de exame especializado, a fim de garantir essa separação entre psicopatas e criminosos comuns e, ainda, levando em conta a gravidade dos crimes praticados, considerando que psicopatas diagnosticados com o nível mais leve da doença consegue viver perfeitamente em sociedade, sem causar danos muito grandes às outras pessoas, o que poderia ser acentuado pela convivência com indivíduos cujo transtorno é mais agravado. (SILVA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde muito tempo, a superlotação carcerária tem sido um grande problema no sistema penal brasileiro, longe de ser estagnado atualmente, e que apenas tem restringido a liberdade dos indivíduos e não tentando uma forma de ressocializá-los.

Ocorre que, dentro dessa população carcerária se encontram vários tipos de pessoas, com personalidades diferentes, de acordo com a tese desenvolvida pelo Dr. Michael Stone quando fala sobre a escala de maldade.

Desta mesma forma o indivíduo após ser condenado por um determinado crime deve ser submetido a testes psicológicos para separá-lo de uma pessoa que tenha condições de ser ressocializado (uma pessoa normal) de um psicopata (pessoa com transtorno de personalidade dissocial).

A psicopatia envolve uma série de fatores neurobiológicos, sociais e características emocionais que tornam o psicopata diferente da população geral. De uma perspectiva biológica, o cérebro dos psicopatas apresenta diversas anormalidades estruturais e funcionais, como redução de matéria em áreas frontais e temporais, bem como anomalias no córtex pré-frontal.

Neste contexto, a pesquisa apresentada justifica-se na reflexão sobre encarcerar o portador de transtorno de personalidade dissocial em penitenciárias diferenciadas, com tratamentos diferenciados, para que durante o cumprimento de sentença conseguir particular o indivíduo que pode voltar a conviver em sociedade do indivíduo que deva permanecer em prisão perpétua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988 Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais.

COSTA, Helena Regina Logo da. **A dignidade humana: teorias de prevenção geral positiva** São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008, p. 22.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. Salvador: Jus Podivm, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Volume II. ed.8- Niterói, RJ: Impetus, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano; FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Legislação Penal Especial**. 3. Ed. São Paulo: Premier Máxima, 2006.

JUNIOR, Paulo Gomes de Lima; Aparecida Gomes Aparecida Fermentação. *A Eficácia do Direito a Dignidade da Pessoa Humana*. 2011. Disponível em [:www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/.../165](http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/.../165). Acesso em: 25 de mar de 2021.

MENEZES, Gentil Luiz Melo de. **Da Aplicabilidade da Lei de Execução Penal Nas Penas em Abstrato- Progressão Virtual**. João Pessoa, 2010, Disponível em: http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/trabArquivo_12082010040854_monografia.%20finalizada%20para%20pdf.pdf, acesso em 18 de mar de 2021.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEUMANN, Franz. Introdução de Herbert Marcuse. **Estado Democrático e Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p., 291.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ROSA, Antonio José Miguel Feu. **Execução Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

SILVA José Afonso da. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. Revista de Direito Administrativo, São Paulo, v. 212, 1998, p. 89-94.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na constituição Federal de 1988**. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2001.

TOLEDO, Cláudia. **Direito Adquirido e Estado Democrático de Direito**. São Paulo: ed. Landy, 2003. p., 112-116

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria das Vitórias dos Santos Henriques Silva²
Jaqueline Priscila dos Santos³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a importância da psicomotricidade na Educação Infantil, pois, contribui de maneira significativa no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo da criança. Essa abordagem visa também, orientar os educadores sobre a importância de inserir atividades de movimentos no currículo infantil, uma vez que a mesma colabora para o desenvolvimento integral da criança. Cabendo ao educador comprometido com esta realidade dinâmica problematizar as situações, desafiando o aluno a solucioná-las, de modo a desenvolver suas estruturas mentais e afetivas. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os benefícios da psicomotricidade para o desenvolvimento infantil, assim como, realizar um estudo sobre a ação dos educadores frente ao ensino em um espaço em que o professor possa reconhecer-se como sujeito do conhecimento. Os principais resultados da pesquisa mostraram que a prática da educação psicomotora é importante para a formação da criança, pois, a mesma tem como papel fundamental, promover através de uma ação pedagógica, o desenvolvimento de todas as potencialidades da criança, objetivando seu equilíbrio e desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação Infantil. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to present some considerations about the importance of psychomotricity in early childhood education, as it significantly contributes to the child's motor, cognitive and affective development. This approach also aims to guide educators on the importance of including movement activities in the children's curriculum, since it contributes to the child's integral development. It is up to the educator committed to this dynamic reality to problematize situations, challenging the student to solve them, in order to develop their mental and affective structures. The present work aims to present the benefits of psychomotricity for child development, as well as to carry out a study on the action of educators towards teaching in a space where the teacher can recognize

²Licenciatura em Pedagogia – Unicid - Universidade Cidade de São Paulo. Especialização em Educação Infantil - Unopar Universidade norte do Paraná.

³Licenciatura em Pedagogia – Unopar Universidade Norte do Paraná Pós-graduação: Especialização em Educação Infantil- Unopar Universidade Norte do Paraná.

himself as a subject of knowledge. The main results of the research showed that the practice of psychomotor education is important for the formation of the child, as it has the fundamental role of promoting, through a pedagogical action, the development of all the child's potential, aiming at its balance and development integral.

Keywords: Psychomotricity. Child education. Development.

1. INTRODUÇÃO

O Presente trabalho apresenta as contribuições da psicomotricidade na Educação Infantil. A partir dessa contribuição, a psicomotricidade tem um papel importantíssimo no desenvolvimento da criança, pois, desenvolvem de maneira significativa os campos; motor, afetivo e cognitivo da criança.

Segundo Barreto (2008), “O desenvolvimento psicomotor é de suma importância na prevenção de problemas da aprendizagem e na reeducação do tônus, da postura, da direcionalidade, da lateralidade e do ritmo”. Surge então, a necessidade de incorporar atividades de movimento no currículo infantil, buscando uma aprendizagem integral entre corpo e a mente, o objeto de estudo, passa a ser a psicomotricidade, ou seja, o movimento da criança. Desse modo, a psicomotricidade se torna de grande importância, na prática pedagógica contribuindo para o desenvolvimento integral da criança.

Abordaremos a postura do professor de Educação Infantil, e a maneira como é trabalhada a psicomotricidade em sala de aula, considerando que a criança atua no mundo por meio de seu corpo em movimento, e através desse movimento desenvolve os aspectos, motor, intelectual, emocional e expressivo, destacando a necessidade do entendimento dos professores sobre a educação psicomotora e sua influência na intervenção das dificuldades no processo de alfabetização.

Nesse sentido, a criança que apresenta o desenvolvimento psicomotor mal constituído poderá desenvolver problemas na escrita, na leitura, na direção gráfica, na distinção de letras, na ordenação de sílabas, no pensamento abstrato e lógico, na análise gramatical, entre outras, daí a importância dessa ciência no processo pedagógico.

Citaremos três grandes autores europeus que estudaram a psicomotricidade e o desenvolvimento infantil: Wallon, Piaget e Ajuraiguerra.

Nesse sentido, busca-se apresentar a importância do movimento no desenvolvimento integral da criança, e o papel do educador enquanto mediador desse processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os benefícios da psicomotricidade para o desenvolvimento infantil, assim como, realizar um estudo sobre a ação dos educadores frente ao ensino em um espaço em que o professor possa reconhecer-se como sujeito do conhecimento. Um esquema corporal mal constituído resultará em uma criança que não coordena bem seus movimentos, veste-se ou despem-se com lentidão, as habilidades manuais lhe são difíceis, a caligrafia é feia, sua leitura é inexpressiva, não harmoniosa. (MORAIS, 2002).

Os principais resultados da pesquisa mostraram que a prática da educação psicomotora é importante para a formação da criança, que a psicomotricidade ajuda no desenvolvimento integral da criança. Este trabalho proporcionará a análise da importância da psicomotricidade na Educação Infantil e sua influência no trabalho pedagógico.

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliografia em livros, artigos científicos e teses.

2. A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil ao longo dos tempos tem sofrido mudanças pouco significativas, porém após a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96) teve um olhar diferenciado, ela agora é elevada ao nível de educação básica. A partir desse marco, muda-se também a ação docente de escolaridade. A partir desse contexto a Educação Infantil, torna-se um lugar de ensino e aprendizagem e não mais de apenas cuidados com a criança como era outrora.

Segundo a LDB Art. 29 e 30:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I - creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Diante desse cenário, surge a necessidade de mudanças na formação do docente, exigindo nível superior de graduação em Licenciatura plena e pós-graduação, contemplando conhecimentos que visem o desenvolvimento físico e intelectual da criança.

A psicomotricidade surge na educação como o objetivo de desenvolver a criança de maneira integral, através de ações educativas, proporcionando movimentos espontâneos e atitudes corporais da criança, contribuindo como a formação de sua personalidade. Segundo a sociedade de psicomotricidade brasileira de psicomotricidade (1999, p. 34):

[...] Psicomotricidade é a ciência que tem como objetivo de estudo o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas.

A psicomotricidade trata-se da relação entre o psíquico e a motricidade e relaciona-se diretamente ao processo de maturação, em que o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. Esse pensamento surgiu desde o século XIX, no entanto, sua ênfase se deu de maneira significativa no campo educacional, somente a partir dos anos 50. Em meados do século XIX, as pesquisas envolvendo o corpo e a mente ou cognitivo e motor, possibilitaram grande avanços no campo educacional, em especial na Educação Infantil.

Nesse sentido, Alves (2007, p. 127-128) destaca: "A Psicomotricidade existe nos menores gestos e em todas as atividades que desenvolve a motricidade da criança, visando ao conhecimento e ao domínio do seu próprio corpo".

Observa-se que os primeiros estudos sobre a psicomotricidade fixou-se em apenas pesquisa de cunho teórico, sobretudo no desenvolvimento motor da criança, depois se aprofundou e evoluiu no estudo da relação entre atraso no desenvolvimento motor e o atraso intelectual da criança, seguindo-se os estudos sobre o desenvolvimento de habilidade manual e aptidão motora em função da idade.

Segundo Fonseca (2004, p.13) a psicomotricidade inicialmente foi vista como prescrição da medicina psiquiátrica - por Dupré, em 1920 -, atingiu com Wallon (1925; 1934; 1947) e Ajuraiguerra (1977; 1988) uma dimensão teórico-prática, sobre o desenvolvimento humano, significativa, educativa, reeducativa e psicoterapêutica.

Em 1925, Henri Wallon, médico psicólogo, trouxe suas contribuições para a psicomotricidade, através de seus estudos e análise sobre os estágios e os transtornos do desenvolvimento mental e motor da criança, sendo assim, mostra em seus estudos uma diferença que nos permite relacionar o movimento ao afeto, à emoção, ao meio ambiente aos hábitos do indivíduo (WALLON, 1978). Seu estudo sobre o desenvolvimento cognitivo foi centrado na psicogênese da pessoa

completa, mas seu estudo se deu a partir do desenvolvimento psíquico da criança. Entendia que a pessoa tem de ser vista na sua totalidade, por todos os seus aspectos: o cognitivo, o afetivo e o motor, um não seria mais importante que o outro.

Segundo Wallon (1995, apud Fonseca, 1995, p.10), o movimento é a única forma de expressão e o primeiro instrumento do psiquismo. De acordo com Fonseca (1995), Wallon foi o principal responsável pelo nascimento do movimento da reeducação psicomotora. De acordo com o autor, Wallon entende que não há distinção entre o indivíduo e o meio ambiente, e que o mesmo determina o desenvolvimento humano na construção de seu conhecimento, Wallon vai ainda mais além quando diz que: a motricidade é um elemento primordial na educação infantil, pois a mesma da origem a vida intelectual.

Wallon (1970 apud FONSECA, 2008, p.17) afirma que:

O movimento não é um puro deslocamento no espaço nem uma adição pura e simples de contrações musculares; o movimento tem um significado de relação e de interação afetiva com o mundo exterior, pois é a expressão material, concreta e corporal de uma dialética subjetivo-afetiva que projeta a criança no contexto da sociogênese.

Em sua ação educativa, a psicomotricidade busca atingir a organização psicomotora da noção do corpo como marco espaço temporal do “eu”. Esse marco é fundamental ao processo de conduta ou de aprendizagem, pois, busca conhecer o corpo nas suas múltiplas relações: perceptiva, simbólica e conceitual, que constituem um esquema representacional e uma vivência indispensável à integração, à elaboração e à expressão de qualquer ato ou gesto intencional.

A psicomotricidade permite ao homem a real noção de seu corpo com a realidade, colaborando de forma expressiva com seus sentimentos, pensamentos, conceitos, ideologias, dessa maneira a psicomotricidade auxiliara no bom desempenho escolar deste aluno, observando que está deve ser inserida no

currículo infantil desde a educação infantil, para que assim a criança tenha um desenvolvimento integral.

Jean Piaget (1896-1980) nome muito influente no campo educacional se preocupava com a relação evolutiva da psicomotricidade com a inteligência. Foi o que mais se preocupou com a interação entre a motricidade e o psíquico, através de experimentação destacando que a motricidade está relacionada na evolução da inteligência antes mesmo da aquisição da língua.

Reconhecido pelo seu trabalho de organizar o desenvolvimento cognitivo em estágios; seu estudo fora feito por meio da observação de crianças, dentre elas seus três filhos.

Na perspectiva construtivista de Piaget, o conhecimento é a ação do sujeito sobre o objeto, ou seja, o conhecimento se constrói na interação homem-meio, sujeito-objeto. Sua teoria era de que o conhecimento é construído por cada sujeito na interação com seu ambiente.

Dessa forma, procurou identificar como o homem constrói seu conhecimento, como ele o procura, organiza e assimila a seu estado anterior de conhecimento, ou seja, a gênese do conhecimento, defendendo então que as pessoas passariam por estágios de desenvolvimento. E um processo no qual o funcionamento desses componentes ocorre simultaneamente e que possibilitam tanto o desenvolvimento mental como o físico. Na assimilação ocorre à incorporação das experiências novas aos esquemas de ação e conhecimentos já existentes.

A psicomotricidade deve ser trabalhada com a criança desde cedo, como objetivo de evitar problemas no desenvolvimento motor, quando isso não acontece, a criança pode apresentar problemas no desenvolvimento da escrita, leitura, direção gráfica, na distinção de letras e até mesmo as dificuldades de aprendizagem futuras. Nesse sentido, as atividades que envolvem o corpo e a

mente se tornam indispensáveis na fase da pré-escola, assim como prevê o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 27-28) deve-se oferecer à criança uma vasta diversidade de atividades, tanto de brincadeiras quanto de aprendizagens: "Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada".

A criança vive em um mundo de faz de conta cheio de imaginações, nesse sentido se faz necessário trabalhar a criatividade juntamente com os movimentos, fazendo com que a criança aprenda brincando.

Ao brincar, a criança cria sua independência, quando se deixa que ela escolha seus companheiros de brincadeira e os papéis que cada um irá desempenhar. Através da brincadeira a criança experimenta o mundo, passa a compreender melhor o outro, seus próprios sentimentos e amplia seus conhecimentos.

Nesse sentido, conforme o RCNEI:

[...] O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constroem; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. (1998, p.63)

Desse modo, a psicomotricidade trabalhada no currículo infantil, poderá favorecer o desenvolvimento e as potencialidades infantis, ajudando a superar os medos, melhorando o equilíbrio, a convivência, além de ajudar no rendimento escolar. Ainda podemos citar Julian de Ajuraiguerra como um pesquisador de grande importância nas pesquisas envolvendo motricidade e criança.

Em 1947, Julian Ajuraiguerra, médico psiquiatra, redefine a concepção de debilidade motora, considerando-a uma síndrome com suas particularidades próprias, e delimita com nitidez os transtornos psicomotores que hesitam entre o neurológico e o psiquiátrico. Ajuraiguerra é considerado o pai da psicomotricidade por lançar estudos diversos sobre a psicomotricidade. Lançou nos anos 50 sua principal obra que foi de suma importância para compreender sobre o desenvolvimento infantil segundo a Psicologia Genética.

Ajuraiguerra afirma ser um erro estudar a psicomotricidade apenas sob o plano motor, para o autor, isto levaria a considerar a motricidade como uma simples função instrumental de valor puramente efetuator e dependente da mobilização de sistemas por uma força estranha a eles, quer seja exterior ou interior ao indivíduo

[...] A Psicomotricidade não é exclusiva de um método, ou de uma "escola", ou de uma "corrente de pensamento", nem constitui uma técnica, um processo, mas visa fins educativos pelo emprego do movimento humano. (AJURIAGUERRA apud FONSECA, 1988 p.332).

Ajuraiguerra (1972) entende que a evolução da criança depende da conscientização, é o seu corpo, pois é através dele que a criança elabora todas as suas experiências vitais e organiza toda a sua personalidade.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/BRASIL, 1998) o conceito de movimento é:

[...] O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. (p. 15)

O movimento não é apenas um deslocar do corpo, através dele a criança interage com os demais colegas, socializando, através da motricidade infantil compreende seu caráter lúdico e expressivo. Nesse sentido é de suma importância desenvolver atividades de movimentos que permitam à criança a

tomada de consciência do seu próprio corpo, a possibilidade de ele tomar várias posições diferentes, ter capacidade de nomear e apontar as partes do corpo, movimentar-se de todas as maneiras e descrever os movimentos, representar graficamente o corpo, identificar sensações e dominar a linguagem corporal.

2.1. Psicomotricidade e o trabalho pedagógico

A formação do docente em sala de aula é de suma importância se analisar todas as discussões que permeiam sobre o ensino da educação infantil, haja vista que o professor é o pilar de toda estrutura educacional.

A atuação dos professores pedagogos frente à psicomotricidade infantil devem ser de agente motivador e mediador, que possibilite ao aluno explorar o ambiente onde o mesmo se encontra, dessa maneira possibilitando o conhecimento integral da criança através de seus movimentos. Um educador a partir de um bom conhecimento do desenvolvimento do aluno poderá estimulá-lo de maneira que as áreas motricidade, cognição, afetividade e linguagem estejam interligadas. No entanto, essa na maioria das vezes, não é a realidade alguns professores desconsideram a importância da motricidade no desenvolvimento infantil, por acreditarem que os movimentos não passam apenas de brincadeiras infantis, ora por não terem conhecimento, ou até mesmo por estarem centrados num currículo estático.

LDB 9.394/96 Título VI Art. 62.

[...] A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Dessa maneira, o professor de educação infantil, deve conhecer todas as etapas de desenvolvimento psicomotor da criança buscando, desse modo, a formação psíquica e motora da criança, considerando que a criança atua no mundo por meio de movimentos.

A psicomotricidade tem uma relação muito grande com o brincar, uma vez que na educação infantil a maioria dos movimentos acontece na hora do brincar, movimentos de correr, pular, andar, saltar etc. É importante que a criança descubra, não só em si, como também nos outros a grande riqueza das expressões. Assim, o professor/educador é modelo e seu repertório corporal e de gestos são veículos expressivos para a criança. Com isso, é primordial que se tenha um cuidado muito grande a fim de fazer de sua expressividade algo útil e valioso.

No brincar a criança tem a oportunidade de interagir com pessoas e objetos, liberar a criatividade, podendo também se beneficiar de uma qualidade de vida. O brincar faz parte do ser humano, e para a criança a brincadeira representa a capacidade de compreender a realidade que vive.

Podemos constatar que trabalhar a psicomotricidade é trabalhar atividades envolvendo lateralidade, orientação espacial, temporal, atividades sensório-motora até a escrita de letras, palavras e textos. Uma fase tão importante ao desenvolvimento da criança que se não for trabalhado adequadamente poderá ser prejudicial ao seu desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

Aspectos que desenvolvem quando a psicomotricidade é trabalhada na educação Infantil: Coordenação motora global, Coordenação motora fina, Esquema Corporal, Equilíbrio, Ritmo, Espaço, Tempo, Lateralidade e Função de Ajustamento.

O professor consciente dessas habilidades proporcionada pela motricidade deverá incluir no seu planejamento atividades de movimento principalmente as atividades de caráter recreativo, essas atividades, permitirão ao aluno a noção de: coordenação motora, desenvolvimentos corporais e mentais, melhoria na aptidão física, socialização além de estimula a criatividade da criança. É importante salientar que a educação psicomotora da criança deve ser trabalhada de maneira lúdica, divertida, animada e livre de regras e cobranças. Nesse sentido cabe aos cursos de formação de professores uma formação condizente com a realidade escolar, abrindo espaço para uma

aprendizagem consciente de que o conteudismo não favorece para uma aprendizagem prazerosa, buscando desse modo estratégia que vise o desenvolvimento integral da criança, como a inserção de atividades de movimento no planejamento escolar.

O Referencial Pedagógico curricular para professores da educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental do Ministério da Educação e Cultura (Brasil, MEC, SEF, 1998) diz que a formação desse professor deve estar relacionada ao saber fazer e ao saber explicar o fazer.

Nesse sentido, cabe aos cursos de formação de professores proporem uma formação condizente com a realidade escolar, de maneira que venham possibilitar uma aprendizagem consciente e que possa contribuir com uma aprendizagem efetiva, desse modo, o professor deve buscar estratégia que vise o desenvolvimento integral da criança, como a inserção de atividades de movimento no planejamento escolar.

O Referencial Pedagógico curricular para professores da educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental do MEC (Brasil, MEC, SEF, 1998) diz que a formação do professor deve estar relacionada ao saber fazer e ao saber explicar o fazer.

O professor como mediador do processo ensino-aprendizagem, precisa estar atento as etapas do desenvolvimento de seu aluno e contribuir de maneira positiva para seu êxito, dando-lhe apoio e incentivo sempre que necessário. O trabalho com a psicomotricidade tem como objetivo estimular a percepção através de atividades; integrar os movimentos corporais e melhorar o comportamento da criança, controlar de suas emoções e necessidades. Deste modo, com o trabalho adequado com a psicomotricidade em sala de aula e com o auxílio e dedicação do educador poderão ser amenizadas as dificuldades de aprendizagem dos educandos, diminuindo o fracasso escolar e contribuindo para uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi possível constatar que, a psicomotricidade é de grande importância no desenvolvimento integral da criança, e fundamental, pois trabalha o esquema corporal, Imagem corporal, estruturação, espaço-temporal, lateralidade, coordenação motora ampla, coordenação motora fina, equilíbrio e ritmo, além e favorecer o desenvolvimento das funções cognitivas, afetivas e sociais.

E dessa forma, ciente dessas habilidades desenvolvida pela motricidade, se faz necessário à inserção de atividades de caráter lúdico recreativo no âmbito educacional. As atividades de motricidade trabalhada de maneira consciente proporcionam vários benefícios na formação da criança, eles vão além de trabalhar as regras e limite, como a interação e aceitação do outro, auxiliando as crianças em seu desenvolvimento dentro da normalidade e também aos mais lentos oferecem estímulos necessários ao seu crescimento, possibilitando à integração e a socialização da criança com os colegas, a escola e família.

Notou-se que é a ação educativa nesse sentido é de grande importância e que os cursos de formação de professores devem ser coerentes aos espaços educativos onde a criança está inserida.

De acordo com Tubelo (2006), a escola deve propiciar aos educandos diversas vivências, sejam elas corporais, visuais, auditivas, para que se estimulem os sentidos para que a criança desenvolva as habilidades psicomotoras necessárias para o aprendizado, principalmente o da linguagem escrita. Segundo a autora, as brincadeiras e os jogos são importantes para que a criança possa construir significados mais adequados para o que é ensinado na escola.

Dessa maneira, essa pesquisa se faz necessária, pois apresentar de maneira clara os benefícios da psicomotricidade no currículo infantil, além de

demonstrar sua importância no desenvolvimento da criança, além do papel do professor frente ao desenvolvimento integral da criança.

Nesse sentido, essa pesquisa se faz necessária, pois, mostra de maneira clara os benefícios da psicomotricidade no currículo infantil, além de demonstrar sua importância no desenvolvimento da criança, além do papel do professor frente ao desenvolvimento integral da criança.

5.REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: documento introdutório**. Brasília, 1998.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 584 p.

FONSECA, Vitor da. *Manual de Observação Psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos seis anos**. Trad. Por Ana Guardiola Brizolara. Porto Alegre, Artes médicas, 1982.

LE BOUCH, Jean. *O Desenvolvimento Psicomotor: do nascimento aos 6 anos*. Trad. Por Ana Guardiola Brizolara. –Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. 7ª edição.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF:

MEC/SEF/COEDI, 1998 c. Vol: III.

LE BOULCH, Jean. **Educação Psicomotora**. 2ª edição. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.

LE BOULCH, Jean. **O Desenvolvimento Psicomotor. do nascimento até os 6 anos: a psicocinética na idade pré-escolar**. 7ª edição. Porto alegre: Artmed, 2001

A ACESSIBILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE CUIABÁ- MT

Adilson Pinto da Silva⁴

Lucimara Ferraz Cavalanti Mendes⁵

Viviane Silvano Borges Alves⁶

Sonia Macária da Silva⁷

RESUMO

Cresce no debate atual o olhar no que se refere à acessibilidade, garantir as pessoas que apresentam algum tipo de dificuldade de locomoção temporária ou definitiva, o direito natural de qualquer indivíduo: ir e vir. A cidadania e acessibilidade estão sendo discutidas em nossa sociedade nos diversos meios de comunicação, gerando a reflexão em torno de favorecer o acesso como forma de inclusão social. Este trabalho é constituído de uma abordagem aos direitos civis e políticos dos cidadãos com base na Constituição da República Federativa do Brasil, cap. I, Art. 5º, 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, onde está implícito a garantia do acesso aos mais diferentes meios que a sociedade oferece. Esse trabalho não tem a intenção de findar a discussão sobre o tema proposto, pois há a necessidade de se avançar dia- a - dia na efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, esse avanço passa primeiro por discussões como essa que estamos fazendo nesse trabalho científico, e virão outros trabalhos com novos argumentos que servirão para ajudar a avançar na efetivação de fato desse direito.

Palavras-chave: Acessibilidade. Locomoção. Cidadania. Inclusão social.

ABSTRACT

The look as for the accessibility grows in the current debate, to guarantee the people who present some type of difficulty of temporary or definitive locomotion the natural law of any individual: to go and to come. The citizenship and accessibility are being argued in our society in the diverse medias, generating the reflection around favoring the access as form of social inclusion. This work is constituted of a boarding to the civil law and politicians of the citizens on the basis of the Constitution of the Federative Republic of Brazil, CAP. I, Art. 5º, 1988: “All are equal before the law, without distinction of any nature”, where the

⁴ Licenciatura em Pedagogia – UNIC –Universidade de Cuiabá.

⁵ Licenciatura plena em Pedagogia. Pós-graduação: Psicopedagogia Clínica e Institucional – Faculdade Pio Décimo.

⁶ Licenciatura em pedagogia UNIP Universidade Paulista. Pós-graduação: Gestão Pública Instituto Federal de Mato Grosso IFMT, Educação Infantil- Centro Universitário Internacional UNINTER.

⁷ Graduação: Pedagogia - Associação Várzea-Grandense de Ensino e Cultura- Faculdades Integradas de Várzea Grande- FIAVEC. Pós-graduação: Gestão Pública.

guarantee of the access to the most different ways is implicit that the society offers. It is important to stand out that the subject if does not deplete with this research, therefore still has the necessity in some places of our country the understanding of that the those that is not considered “normal” have the right to be and to participate of the society effectively.

Word-key: Accessibility. Locomotion. Citizenship. Social inclusion.

INTRODUÇÃO

Cresce no debate atual o olhar no que se refere à acessibilidade, garantir as pessoas que apresentam algum tipo de dificuldade de locomoção temporária ou definitiva o direito natural de qualquer indivíduo: ir e vir.

A cidadania e a acessibilidade estão sendo discutidas em nossa sociedade nos diversos meios de comunicação, gerando a reflexão em torno de favorecer o acesso como forma de inclusão social, sobretudo a pessoa com deficiência.

Este trabalho é constituído de uma abordagem aos direitos civis e políticos dos cidadãos com base na constituição da república federativa do Brasil, cap. I, art. 5º, 1988: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, onde está implícito a garantia do acesso aos mais diferentes meios que a sociedade oferece.

Este trabalho acadêmico traz uma reflexão sobre o direito a acessibilidade da pessoa com deficiência na cidade de Cuiabá. Abordando o ponto de vista doutrinário, a lei e os avanços que ocorreram até os dias atuais.

No primeiro capítulo é abordado o tema pessoas com deficiência, onde é realizada uma definição pratica visando o entendimento e tornando o tema mais próximo da humanização que é princípio da cidadania.

A acessibilidade é apresentada como questão que ganhou muita importância na sociedade contemporânea, um debate nos mais deferentes meios promovendo assim uma melhor compreensão sobre o assunto.

Também são apresentadas a Constituição Federal e a Legislação Federal específica que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.

Quando se trata de acessibilidade, apresentando o município de Cuiabá como protagonista para fazer acontecer à acessibilidade, tendo como orientação a NBR 9050⁸ da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Sendo possível através da observação desta norma na promoção da acessibilidade no ambiente construído proporcionando condições de mobilidade, com autonomia e segurança, e principalmente o cumprimento das leis.

A acessibilidade precisa acontecer como canal de integração social e principalmente como política pública onde se deve atender a qualidade de vida dos cidadãos em geral e, em especial os cidadãos com deficiência. O Brasil tem hoje cerca de 24,5 milhões de pessoas com deficiência, é grande a importância de se garantir os direitos dessa parcela da população.

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE Cuiabá tinha naquele ano 51.403 pessoas com deficiência, estamos no final de 2014 acreditamos que esse número aumentou o que nossos gestores municipais têm feito para garantir o direito a acessibilidade para essa classe de pessoas? Essas são as principais questões que essa produção científica traz em tela.

⁸ NBR 9050: Norma Brasileira Reguladora sobre acessibilidade em meios físicos e transporte

2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As palavras agem sobre as pessoas, elas podem agradar, acalmar, ofender e até mesmo discriminar. Devemos entender que as pessoas são diferentes, e diante dessa ampla gama de diferenças, as relações que envolvem pessoas com deficiência devem estar alicerçadas no bom senso, levando em conta as particularidades de cada situação. A questão da deficiência não é um tema recente, mas está presente na história humana desde os tempos mais remotos, como nos coloca Carmo (1991, p.21).

[...] Os homens se relacionavam com os deficientes físicos desde a idade da pedra lascada, passando pelas culturas antigas (egípcia, hebraica, grega e romana), pela Idade média, Renascimento, até o século XX”.⁹

Na Idade Média, a concepção que se tinha era de que as pessoas deficientes eram dotadas de poderes especiais, vindo de demônios, restando-lhes então, poucas chances de sobrevivência. Silva citado por Carmo (1991, p. 24) diz que:

[...] Por falta de conhecimentos mais profundos a respeito das doenças e suas causas, pela falta de educação generalizada e o receio do desconhecido e do sobrenatural, ocorria uma verdadeira necessidade, no seio do povo e das classes mais abastadas, de dar aos males deformantes uma conotação diferente e misteriosa, muito mais diabólica e vexatória do que qualquer outro sentido positivo”.¹⁰

Essa ideologia da ligação do demoníaco e do satânico à deficiência acompanhou o homem pelas diferentes épocas da história. Entretanto, somente no período do Renascimento a situação dessas pessoas teve uma mudança de rumo, no sentido de superação desta mentalidade com a busca da conquista de direitos e deveres dos deficientes, a qual pode ser considerada como um divisor

⁹ CARMO, Apolônio A. do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria de Desportos PR, 1991. FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1994, p. 21

¹⁰ Idem, p.24

de águas entre o século XIV até o fim do século XVI na Europa, como nos afirma Carmo (1991, p. 25).

“Na Inglaterra, foi criada a “Lei dos Pobres”, pelo Rei Henrique VIII. Essa Lei obrigava todos os súditos a recolherem a chamada ‘taxa de caridade’ que tinha a função de auxiliar os pobres, velhos e ‘deficientes’”.¹¹

O mesmo autor, afirma que a influência de algumas das grandes personalidades de cada época serem dotadas de alguma deficiência congênita ou adquirida contribuiu para a melhoria das condições de vida dos deficientes. Dentre os grandes nomes da história, Carmo (1991, p. 26) cita:

[...] Luís de Camões: cavaleiro fidalgo português perdeu um de seus olhos numa batalha, é considerado um dos maiores poetas portugueses.

Galileu “Galilei: matemático, astrônomo, inventor do telescópio, revolucionou o mundo com a teoria heliocêntrica. Ficou cego nos últimos quatro anos de sua vida, e mesmo assim continuou estudando e pesquisando.

Ludwing Von Beethoven: considerado um dos maiores gênios da música erudita perdeu totalmente sua audição nos últimos anos de sua vida. Mesmo assim, conseguiu compor suas obras mais famosas: Apassionata, Sonata ao Luar e Sinfonias nº 3 até 6.

Antônio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho “. considerado um dos maiores escultores brasileiros, vítima de uma *Tromboangiteobliterate* que se caracteriza por ulcerações nas mãos. Mesmo aos setenta anos de idade esculpiu os 12 profetas no adro da Igreja de Matozinho. Seu trabalho era realizado tendo as ferramentas amarradas em suas mãos, uma vez que seus dedos perdidos ou imobilizados não conseguiam mais segurá-las”.¹²

No Brasil, durante o período colonial e imperial, que está compreendido entre o “descobrimento do Brasil” e a Proclamação da República (1500-1822), pouco se sabe sobre esta questão, pois não há relatos concretos.

¹¹CARMO, Apolônio A. do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria de Desportos PR, 1991. FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1994, p.25.

¹² Idem, p. 26.

De acordo com Carmo (1991), alguns historiadores afirmam que era raríssimo encontrar em índios algum tipo de deficiência física congênita, pois as crianças com deficiência eram sacrificadas ao nascerem, salvo as deficiências causadas por batalhas ou por doenças incapacitantes da época como: cegueira noturna, raquitismo, e outras que, geralmente, eram causadas pela carência alimentar.

No caso dos escravos, a maioria das deficiências eram causadas por maus tratos, castigos e acidentes que ocorriam nos engenhos e nas lavouras de cana de açúcar.

Com relação às ações do Estado frente às necessidades das pessoas com deficiência, muito pouco foi realizado. Alguns registros datados de 1854 nos informam da construção de três organizações ordenadas por D. Pedro II sendo elas o "Imperial Instituto dos Meninos Cegos; Instituto dos Surdos - Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria, destinado aos ex- combatentes mutilados nas guerras em defesa da pátria".¹³ (CARMO, 1991, p.27).

Como dito anteriormente, apesar das várias capacidades e habilidades de vários deficientes ilustres, a discriminação e o preconceito com relação a essas pessoas ainda não deixaram de existir, mas apesar disto, as Pessoas com Deficiência - PCD's, não são mais vistas como seres incapazes e improdutivos.

2.1 A Cidadania: Conceitos

Cidadania é definida no dicionário Aurélio como "a qualidade ou estado de um cidadão" que, por sua vez, é descrito como "indivíduo no gozo dos direitos civis ou políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este".¹⁴ Para esclarecer esta conceituação se torna importante entender seu

¹³ CARMO, Apolônio A. do. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina. Brasília: Secretaria de Desportos PR, 1991. FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1994, p.27

¹⁴ HOLANDA, Aurélio Buarque. Novo dicionário da língua portuguesa. Ed. Nova Fronteira 1995.

significado ao longo do tempo. O surgimento da cidadania deve-se a polis grega, sendo o homem considerado um ser sociável, um animal político, as sociedades formaram-se para atender às necessidades do dia a dia do homem.

Aristóteles ¹⁵(2001, p. 13) em sua obra “A Política”, assim define o objetivo da formação de uma comunidade, que “... toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem”. A formação de sociedades é algo natural pelas pessoas sociáveis. Para Aristóteles (op. cit., p. 15) se o homem pudesse viver sozinho, então ele seria um animal selvagem ou um deus, não poderia ser um homem comum, como os outros que vivem em sociedade. Além disso, por ser um animal perfeito para viver em sociedade, a justiça é a base desta, pois é ela que determina a vida sociável.

Conforme é apresentado na polis, a justiça é que dá garantias para que o homem possa estabelecer-se em sociedade, pois a lei garante sua cidadania. “(...) uma cidade é uma espécie de comunidade, e de fato é uma comunidade de cidadãos sob um mesmo governo, (...)”. A definição de cidadãos segue, então, às pessoas que podem administrar a justiça em uma dada comunidade e também podem exercer funções públicas, no caso podendo ser os jurados e membros de assembleias populares. Os cidadãos tinham o direito de exprimir suas ideias e defendê-las, podiam participar diretamente das assembleias nas decisões que envolviam a polis grega (A Política, p. 78).

Para Covre (1991, p. 8-9), a cidadania é o “resultado de um processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade”. Para ser considerado cidadão em uma sociedade, implica-se em ter direitos e deveres, e acima de tudo é necessário valer seus direitos com respeito e dignidade. Sendo assim o cidadão deve:

[...] Ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidades em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e

¹⁵ ARISTÓTELES, Política. Editora Martin Claret, 2001.

propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de – no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional FMI). (COVRE, Maria de Lourdes Manzini. SP: Brasiliense)¹⁶

Sendo assim, é importante ressaltar que a cidadania acontece somente quando existe a prática e a reivindicação para fazer valer os direitos do cidadão, pois é com essa ação que a sociedade está sendo transformada e se tornando melhor. É importante que os cidadãos também tenham garantido o direito de reivindicar assegurado nos seus direitos e que isto se torne conhecido por toda população. Dessa forma, a autora define cidadania como: “A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno” (COVRE, 1991, p. 11).

A cidadania é resultado de uma luta, não é possível conquistá-la sem reflexão, é preciso propor soluções para problemas que afligem a sociedade, favorecendo dessa forma a vida daqueles que estão inseridos nela. Atender as necessidades humanas básicas Da pessoa com deficiência.

Na luta pela garantia do direito de ser reconhecido como cidadão, que perante a sociedade tem direitos e deveres é fundamental que aconteça o reconhecimento da sua importância como ser social, demonstrando que o vínculo gerado, no seio do seu meio social é uma necessidade básica e é caracterizada como um laço social, conforme ressalta Sacristán (2002 p. 119):

[...] Ser reconhecido como alguém que é importante para os outros é um vínculo essencial para a integração no espaço social, além de ser uma necessidade básica do sujeito. Trata-se de um laço social cuja transcendência podemos ver em diferentes níveis: desde a carência que supõe a falta de aceitação da pessoa nas relações face a face até a carência que pode ser produzida nos vários âmbitos de atividade social em que, potencialmente, a participação do indivíduo pode ser motivo

¹⁶ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. SP: Brasiliense, 1991, p.8

para sua realização”.¹⁷

Quando a sociedade exclui, ela promove uma deformação na pessoa, impossibilitando-o de ser ele mesmo. “Qualquer forma de exclusão da pessoa é uma negação ou uma rejeição a ser ele mesmo, pertencer, a se sentir fazendo parte dos demais. É como declará-lo incompatível com os outros, fora da rede social.” (op. cit., p. 119). Qualquer forma de exclusão é negar a pessoa ao exercício natural da sua cidadania, dessa forma está negando o exercício da cidadania às pessoas portadoras de deficiência.

2.2 A acessibilidade: arma poderosa contra a exclusão da pessoa com deficiência.

Acessibilidade são os requisitos e premissa que o portador de deficiência precisa para viver, com segurança e autonomia. As construções públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Dando a possibilidade de uma maior independência ao cidadão portador de deficiência ou àqueles com bloqueio de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

A acessibilidade ainda é um grande desafio, uma constante maratona. E além das barreiras físicas presentes existem outras psicossociais que fazem parte do cotidiano da pessoa com deficiência: o preconceito, a ignorância e o medo.

A pessoa com deficiência física por lesão medular apresenta perdas ou reduções em sua estrutura física, portanto sua personalidade, sua maneira de pensar e agir continua. Essa pessoa, é alguém que se encontra numa situação de enorme dependência, sendo o uso da cadeira de rodas referencial fundamental para o seu relacionamento com a sociedade. Esse é só um exemplo que trazemos, existem muitos outros.

¹⁷ SACRISTÁN, Gimeno J. Educar e conviver na cultura Global, exigências da cidadania. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 119.

É preciso enxergar essa pessoa como participante, integrada a sociedade, avigorar sua adaptação e aptidões e, compreender que o que está errado são as edificações, os transportes, estes sim são de fato deficientes.

Lutar contra todo e qualquer preconceito e discriminação é nossa obrigação como cidadão, como pessoa humana. Essa batalha deve ser travada cotidianamente, em casa, no convívio social e no trabalho.

A participação dos cidadãos nesse processo é primordial respeitando as diferenças na construção do direito a cidadania, mas principalmente como coadjuvantes e não meros expectadores.

Advém de nós como cidadãos atuantes assegurarmos o direito à igualdade, ao respeito ao próximo, não por imposição, mas por uma atitude de responsabilidade social, por sabermos que o significado de humano nos liga ao outro, pois somos corresponsáveis pela qualidade de vida de nossos semelhantes.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Os Direitos Humanos se aplicam a todos as pessoas independentemente de sexo, raça, língua, religião ou deficiências, e estão acima de qualquer diferença e condição social. Incluem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento, sendo definidos em muitos documentos internacionais.

Os direitos civis fundamentais, como o de ir e vir, quase não existe na realidade das pessoas com deficiência física. E o que dizer do acesso à justiça, tão necessária se pensarmos que até hoje ela não olhou para a questão.

A efetivação da acessibilidade continua na dimensão da luta, e ainda da ausência de concretude para a maioria das pessoas com deficiência, só uma

minoria abastada os conquista, porque suas necessidades, não foram efetivamente incluídas nesse país.

Esses direitos básicos, na verdade, que deveriam ser reivindicados diuturnamente pela sociedade e pelo governo, para todo o cidadão, são ainda inalcançáveis para a grande maioria das pessoas brasileiras com deficiência. Embora a deficiência ainda seja tratada com descaso pela sociedade, já houve grandes avanços nos últimos anos. (IBGE CENSO DE 2010¹⁸).

No Brasil, o resultado do CENSO 2010 realizado pelo IBGE mostra que a população brasileira é de 170 milhões de habitantes, dos quais 25 milhões, isto é, 14.5%, são de pessoas com algum tipo de deficiência e sabemos que, 750 mil (3%) estão sendo atendidas em programas precariamente subvencionados pelo governo

2.3. Ser diferente: Tolerância e respeito

O discurso sobre a igualdade de todos perante a Lei é extremamente conhecido, e pronunciado em diferentes lugares e situações. Mas, na prática existe uma diferença natural, onde todos carregam consigo aspectos culturais, físicos, religiosos que os tornam diferentes e, portanto, necessitam sempre lembrar do direito a igualdade. Segundo Sacristán

[..] A percepção da existência do outro como alguém diferente pode ser motivo de aproximação, de distanciamento ou de rejeição. Como o ser humano é cultura, suas características culturais podem ser motivo para qualquer uma dessas atitudes. A segurança no espaço público dos indivíduos, que se percebem entre eles como diferentes, deve ser garantida e protegida com as virtudes sociais como a tolerância e também com a lei (SACRISTÁN. p. 120¹⁹)

O ato de tolerar alguém provém do verbo latino *tolerare*, que significa sofrer, levar com paciência ou suportar. Em primeiro lugar e em um sentido

¹⁸. IBGE CENSO DE 2010

¹⁹ SACRISTAN, p. 120

negativo, em poder resistir à presença de outro ao percebê-lo como diferente de nós mesmos.

A tolerância, antes de tudo, é a renúncia à agressão, a não causar dano ao outro porque sua integridade diferente da nossa é algo valioso.

Para o tolerante outro, é uma presença compatível com a sua sem perceber a diferença como uma ameaça para seu pensar, sentir ou se comportar. A tolerância é sinal de capacidade de sobreviver ao lado do outro, respeitando principalmente suas diferenças, limites, por mais diferente que seja.

Um dos princípios da tolerância é assumir a imagem do outro, como alguém compatível, e aceitá-lo em meio ao convívio social, sem sentir sua diferença como ameaça para suas formas de pensar, de sentir e principalmente de se comportar.

[...] A sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existirem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero."²⁰

Sendo a sociedade complexa, cabe a sociologia se preocupar com todos os fenômenos verificáveis na sociedade, em maneira de agir, de pensar, e de sentir exteriores ao indivíduo, e com um olhar mais acurado para as pessoas portadoras de deficiência.

²⁰ DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 4. Ed. São Paulo: Nacional, 1966, p.96

2.4 As pessoas portadoras de deficiência

O termo “pessoas deficientes” segue a definição adotada mundialmente pela Organização das Nações Unidas – ONU e “refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais” (Declaração dos Direitos das pessoas com Deficientes”. ONU 1975)

De acordo com Romulo de Souza Junior a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE reconhece que existe uma tendência comum em considerar deficiência como o oposto de eficiência. O oposto de eficiência é ineficiência, o que conduz ao fato de que uma deficiência deve ser compreendida como a falta de uma parte, e não como a falta do todo.

O termo deficiente tem um significado pejorativo, pois ser deficiente significa não ser capaz, não ser eficaz, não ser eficiente. Houve uma evolução do entendimento desse assunto e mais especificamente do conceito. Na atualidade utiliza-se no Brasil a nomenclatura “pessoa portadora de deficiência”, que caracteriza que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa.

[...] O termo “pessoas portadoras de deficiência” é genérico e se refere a todo o segmento, independente do tipo de sequela ou característica da deficiência e inclui cegos, surdos, paraplégicos, paralisados cerebrais e outros, agrupados em áreas de deficiências físicas, sensoriais ou mentais”. Declaração dos direitos das pessoas com deficiência. Brasil. CORDE) 1992)²¹

Ao adotar tal terminologia torna-se o termo deficiente não um nome e sim um complemento que vem depois de algo. Isto caracteriza uma nova postura que contribui para evitar a fragmentação de uma definição que considera o deficiente em partes. Dessa forma introduziram a imagem que se faz do deficiente, a imagem de si, do grupo, de seu grupo, do indivíduo global e inteiro.

²¹ BRASIL. Declaração dos direitos das pessoas com deficiência. Brasil. CORDE 1992

A incapacidade, devido uma deficiência restringe o indivíduo a execução de alguma atividade: deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física, psicológica e de linguagem.

Sendo assim definida pelo Programa de Ação Mundial – ONU, resolução 37/52, 3/12/1982 para as pessoas com deficiência: “Incapacidade é toda restrição ou falta devido a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida em que se considera normal a um ser humano.”

Também o mesmo documento emitido pela ONU, através da resolução 37/52, 3/12/1982 define a desvantagem: “Desvantagem se constitui em uma “situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais)”.

A desvantagem trata-se de um limite externo que impede a pessoa de agir. Trata-se dos obstáculos encontrados pelos portadores de deficiência em sua integração com a sociedade. As dificuldades encontradas desde a conquista de um emprego, ao acesso à escola, a locomoção da cadeira de rodas pelas ruas devido os obstáculos encontrados que impedem a sua livre circulação.

[...] A desvantagem está, por conseguinte, em função da relação entre pessoas incapacitadas e seu ambiente. Ocorre quando as ditas pessoas enfrentam barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem de ter acesso aos diversos sistemas da sociedade à disposição dos demais cidadãos. A desvantagem é, portanto, a perda ou a limitação das oportunidades de participar na vida da comunidade na igualdade de condições com os demais”. (Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência. Organização Das Nações Unidas – ONU Resolução 37/52, 3/12/1982)²²

²² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação internacional dos casos das deficiências, incapacidades e desvantagens. In: _____, Manual de classificação das consequências das doenças. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1995.

A deficiência pode ser causada por uma alteração genética ou ser adquirida em alguma época da vida em função de uma doença ou acidente que afeta a integridade da pessoa e pode trazer algumas dificuldades.

Nesse sentido, muitas terminologias são utilizadas para se referir às PCD's, entretanto, pouco se sabe sobre a deficiência e suas classificações. Desta forma, evidenciaremos os principais conceitos e diferentes classificações pautados nos conceitos de Godoy (2000, p. 12), que afirma:

[...] deficiência é todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimento, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas.²³

A seguir, serão expostos alguns dos diferentes tipos de deficiência, embasados nos conceitos do autor acima citado:

Deficiência Física é o nome dado à característica dos problemas que ocorrem no cérebro ou sistema locomotor, e levam a um mau funcionamento ou paralisia dos membros inferiores e/ou superiores. A Deficiência física pode ter várias etiologias, entre as principais estão os: fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos, fatores neonatais e fatores traumáticos (especialmente os medulares).

Deficiência Mental é caracterizada como um atraso ou lentidão no desenvolvimento mental que prejudicam algumas funções como a fala, o raciocínio, a maneira de caminhar ou escrever.

Deficiência Visual caracteriza-se por uma limitação no campo visual que faz com que a pessoa não tenha a distinção clara de objetos à sua frente, podendo variar desde a cegueira total à visão parcial. Neste caso, ocorre a diminuição na percepção de cores e maiores dificuldades de adaptação à luz.

²³ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. SP: Brasiliense, 1991.

Deficiência Auditiva ou Surdez: o termo surdez é frequentemente aplicado para caracterizar a deficiência auditiva que certos indivíduos apresentam, em maior ou menor grau, isto é, desde os que demonstram leve deficiência na percepção de sons, a totalmente incapazes de ouvir, por mais intenso que seja o som.

O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência definiu através da portaria 2.344, definiu qual é o termo correto para o tratamento das pessoas com necessidades especiais. Por lei, elas devem ser tratadas como Pessoa com Deficiência:

Art. 2º - Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE²⁴, aprovado pela Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses: I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência"; XI - atuar como instância de apoio, em todo território nacional, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e demais legislações aplicáveis.

Como podemos constatar na citação acima isso é importante para a humanização das políticas públicas em relação a pessoa com deficiência, e saber que todos somos pessoas independentemente de limitações físicas.

CONCLUSÃO

Ao tratar a acessibilidade como um problema social, é possível entender a necessidade de trazer o tema como discussão nas diversas áreas do conhecimento, na busca de promover os cidadãos para que não fique a margem da sociedade, impossibilitados de adentrar-nos mais diferentes recintos e expor suas necessidades e ali promoverem suas contribuições pessoais.

O preconceito que é uma barreira invisível, também precisa ser dissipado

²⁴ Artigo 2º da Portaria 2344 de 2005

em nosso meio. A educação tem avançado prodigiosamente em relação à inclusão e acessibilidade, tornando as escolas espaços onde todos têm acesso.

De nada adianta executar todas as adequações nos edifícios ou nos equipamentos urbanos se não houver uma preocupação na adequação dos transportes. Torna-se necessária a organização do trânsito e dos sistemas viários, condicionando uma integração de rotas, interligando distâncias interestaduais e intermunicipais, por meio de transporte adaptado as necessidades espaciais das pessoas portadoras de deficiência.

A acessibilidade em transportes deverá contemplar não só a adaptação do veículo, mas unir todos os setores do Poder público e privado com influência nas seguintes áreas:

- I. Implantação de plataformas adequadas;
- II. Sistema de comunicação para todo tipo de deficiência sensorial ou motora;
- III. Terminais de embarque e desembarque adaptados;
- IV. Serviços e equipamentos adaptados nos terminais rodoviários e aeroportos.

O Brasil ao contemplar a sua realidade social deve promover ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sua população. Nos índices de pessoas que são hoje vistas pela sociedade como incapazes, não estão apenas ligados aos deficientes físicos e mentais. Soma-se a este número os obesos, gestantes, vítimas de acidentes nas mais diferentes áreas, pessoas com baixa estatura, e tantos outros que precisam assumir na sociedade os seus papéis.

Portanto, a questão da acessibilidade, sob a ótica da universalização dos serviços básicos, não se concretizará em nossa sociedade sem a derrubada do maior impedimento arquitetônico, que é o preconceito, gerador de exclusão social e motivo de vergonha para uma sociedade que precisa lutar fortalecendo

a cidadania.

O transporte coletivo de Cuiabá precisa com urgência rever conceitos e principalmente adequar-se para o atendimento da pessoa com deficiência, pois estamos entre as capitais que sediaram a Copa do Mundo de futebol. A arena Pantanal tem rampas de acesso para pessoas com deficiências, vaga em estacionamento, porém o transporte coletivo deixa e muito a desejar.

Durante o evento a cidade de Cuiabá estava um caos no que diz respeito a mobilidade urbana, isso porque as obras nas vias de acesso por toda a cidade não foram concluídas, se foi difícil para o cidadão sem deficiência, imagine para o cidadão com deficiência que teve vontade de ir ao estádio ver uma das partidas de futebol, atitude mais sensata foi ficar em casa.

Faz-se urgente desenvolver um trabalho com a comunidade de modo geral, através da imprensa escrita e falada, onde seja possível construir a identidade da pessoa com deficiência, como um indivíduo que produz na sociedade: trabalha, estuda, tem direito ao lazer, enfim direitos como todo o cidadão inclusive o direito de ir e vir.

A Constituição do estado de Mato Grosso traz em seu bojo garantias para que a capital e seus municípios se adequem e garanta a acessibilidade aos seus cidadãos que possuem algum tipo de deficiência, porém na prática não é bem assim.

A Cuiabá nascida às margens do lendário Rio, a partir da coragem desbravadora dos bandeirantes comandados por completou recentemente 295 anos de idade e não é mais a pequena cidade interiorana, de difícil acesso, lembrada pela façanha de alguns de seus filhos, pelo falar característico de sua gente e, sobretudo pela sua hospitalidade.

Atualmente, grandes avenidas cortam o “cascalho duro como a água da bica da prainha”, parodiando o poeta nativo Silva Freire, encobrendo as ruas

descalças onde as crianças de outrora catavam ouro nas chuvas torrenciais do quente verão cuiabano.

De fato, Cuiabá já é uma metrópole. Quem transita pelas ruas do quadrilátero que forma o centro nevrálgico da Capital Mato-grossense, percebe que a cidade não permite o trânsito de deficientes.

É uma aventura enfrentar em cadeiras de rodas as avenidas, entre as demais circunvizinhas que não facilitam, de forma alguma, o acesso ao meio de locomoção desses cidadãos. Em muitos locais não há rampas de acessos e quando elas existem, são totalmente inadequadas.

Os habitantes com dificuldades de locomoção vivem, confinados em suas casas e apartamentos, sem a possibilidade de desfrutar da liberdade de ir e vir e mesmo das nossas riquezas culturais, vez que no centro da cidade localizam-se a igreja matriz dos católicos; igrejas evangélicas; o Palácio Alencastro; a Secretaria de Educação e Cultura; as agências bancárias e diversos órgãos públicos, além do comércio popular.

No município de Cuiabá, a Lei nº 2.465, de 14.09.1987 (precedente à Constituição de 88) impõe a obrigatoriedade de construção de rampas de acesso nos locais destinados ao lazer público e à data de sua promulgação determinava a adequação dos estabelecimentos já existentes, em 180 dias. Não é preciso ir muito longe para se concluir que a regra é desrespeitada, inclusive pelos próprios representantes da municipalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.* São Paulo, cap. III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Saraiva, 2000.

_____. **Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência.* Brasília, 1994.

_____. **Declaração dos direitos das pessoas com deficiência.** Brasil. CORDE 1992.

_____. **Normas técnicas: Panorâmica Internacional e análise dos casos mais significativos.** In:

seminário sobre acessibilidade ao meio físico, 6, 1994, Brasília.

_____. **Portaria n. 1884, de 11 de novembro de 1994.** *Aprova as normas que com estas baixam destinadas ao exame e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde...* *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, v. 132, n.237, p. 19.523 - 19 - 549, 15 de Dez. 1994.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania.** SP: Brasiliense, 1991.

DIMANTAS, Hernani. **Marketing hacker:**a revolução dos mercados. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.**4. Ed. São Paulo: Nacional, 1966.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Ed. Nova Fronteira 1995.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ONU. **Programa de ação mundial.** Resolução 37/52, 3/12/1982

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação internacional dos casos das deficiências, incapacidades e desvantagens.** In: _____, *Manual de classificação das consequências das doenças.* Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1995.

SACRISTÁN, Gimeno J. **Educar e conviver na cultura Global, exigências da cidadania.** Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Impedimento, deficiência e incapacidade.** 1993. Mimeo.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia.** São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

ARISTÓTELES, **Política.** Editora Martin Claret 2001

A IMPORTÂNCIA DE AULAS PRÁTICAS NO ENSINO DE QUÍMICA

Andressa Ferreira Costa²⁵
Claudia Fernandes Ferreira²⁶
Keytyny Fayfer Silva de Oliveira²⁷
Neide Aparecida Barbosa²⁸

RESUMO

O presente estudo relata uma experiência que utilizou o recurso da experimentação no ensino da Química para 43 estudantes do município de Tangará da Serra - MT. Na ocasião foi realizado um levantamento sobre a aceitação dos estudantes quanto a essa metodologia. O objetivo da pesquisa consiste em discutir a importância de atividades práticas como forma de proporcionar uma melhor aprendizagem em Química, aos alunos do ensino médio. Portanto promover uma aula com experiências, relacionando o convívio dos alunos com o cotidiano. Com isso constatou-se que os alunos tinham dificuldades em compreender conteúdos de Química e que poderiam com após estas aulas práticas virem a superar/minimizar por meio da introdução de atividades experimentais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de química. Aprendizagem. Aulas práticas, Laboratório.

ABSTRACT - The present study reports an experiment that used the experimentation resource in the teaching of chemistry for 43 students from municipality of Tangará da Serra - MT. At the time, a survey was carried out on the students' acceptance of this methodology. The objective of the research is to discuss the importance of practical activities as a way of providing a better learning in Chemistry to the students of high school. Therefore promote a class

²⁵ Licenciatura Plena em Química - Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT. Tecnólogo em Investigação Forense e Perícia Criminal - ESTÁCIO DE SÁ; Pós-graduação: Ensino de Química - FAVENI.

²⁶ Licenciatura Plena em Matemática - Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT; Licenciatura Plena em Pedagogia - FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: Ensino da Matemática -Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT; Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) - FAVENI; Pedagogia Empresarial, Educação Especial e Inclusiva - FAVENI.

²⁷ Graduação: Licenciatura Plena em Letras -Português/Espanhol - Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT; Pós-graduação: Psicologia da Educação e Aprendizagem - Universidade Cândido Mendes - UCAM.

²⁸ Graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia - Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL; Plena em Letras -Português/Espanhol-FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: AEE-Atendimento Especializado Educacional Educação Infantil e Alfabetização.

with experiences, relating the conviviality of students with everyday life. With this it was verified that the students had difficulties in understanding contents of Chemistry and that could with after these practical classes come to surpass / minimize by means of the introduction of experimental activities.

KEYWORDS: Chemistry teaching. Learning. Practical classes, Laboratory.

1- INTRODUÇÃO

Os pilares da educação básica são: a consolidação do conhecimento e o aprofundamento deste. Estes devem incumbir e zelar aprendizagem dos alunos, elaborando e cumprindo o plano de trabalho proposto (BRASIL, 2002).

Chassot (1999) descreve que a construção do aprendizado se facilitar nas interações de conhecimento, e é por meio de diferentes situações, que podemos fazer inferências e previsões de propriedades sólidas.

Diferentes das demais, a Educação Química é muito jovem, não tendo mais de trinta anos em termos internacionais e sendo ainda mais recente em termos brasileiros. Pesquisas sobre a Educação Química têm sido publicadas na revista Química Nova da Sociedade Brasileira de Química, e também é encontrado um número expressivo de comunicações de pesquisas BRASIL (2003).

É fato que o professor, informado e atualizado, incentivará a busca constante do saber para que a escola assuma, de fato e de direito, o seu papel social. Nas palavras de FREIRE (1987).

[...] Escola é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha que estuda que se alegra, se conhece e se estima. "Nada de ilha cercada de gente por todos os lados". Ora é lógico, nessa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (Poesia do Educador), disponível no site: www.paulofreire.org; FREIRE (2014).

Desse ponto de vista os professores necessitam assumir o papel de agentes de transformações, para que mudanças ocorram. Segundo Chassot (2003), a transmissão dos conhecimentos químicos deve ser encharcada na realidade, vivenciar o ensino da Química dentro de uma concepção que relacione a ciência com a prática (2003).

O ensino de Química implica na relação transmissor/receptor, elegendo a “Teoria/Prática como ação fundamental” (SANTOS, 2000). Isto porque muitas vezes, os alunos vão ao laboratório simplesmente fazer experiências, desconexas com o qual está sendo estudado, isto quando vão ao laboratório (CHRISPINO & FARIA, 2010).

Na medida em que é proposta uma abordagem cognitiva para o ensino de Química, nos deparamos com inquietações tais como: qual o interesse do educando no processo vigente; onde os objetivos estão direcionados “na transferência de conhecimentos ou focado apenas no vestibular? Como e de que forma poderemos romper com a prática de grande parcela de educadores que apenas “enchem” o quadro de equações? Tais inquietações são reforçadas por Maldaner (2003) quando direciona o ensino de Química para as investigações: Por quê? O quê? E como ensinar?

2- MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução do trabalho foi realizado uma aula teórico-prática, onde se demonstrava pequenos experimentos químicos, e por meio de questionários fechados aos alunos da Escola Estadual 13 de Maio de Tangará da Serra-MT. Foram avaliados 46 alunos, da 1ª série do ensino médio, matutino. O questionário era composto por 05 questões objetivas e pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1: Questionário elaborado aos estudantes.

Questões	RESPOSTAS
Gênero:	() Masculino () Feminino

Idade:	() 15 anos () 16 anos () 17anos () 18anos () 19anos () 20 anos ou mais
Você faz aulas práticas em laboratório?	() Sim () Não
Você gosta quando o professor realiza alguma atividade prática em sala de aula?	() Sim () Não
Você considera que as aulas práticas podem e/ou poderiam ajudar a compreender melhor a disciplina?	() Sim () Não

Após a coleta de dados, palestras foram oferecidas aos acadêmicos, e posteriormente houve a aplicação deste questionário onde foi analisado se as aulas práticas no entendimento dos alunos, seriam aspectos relevantes para o entendimento do ensino de Química. Esse questionário foi aplicado a 46 alunos da Escola Estadual 13 Maio, da 1ª série do ensino médio matutino, de Tangará da Serra-MT.

O intuito do trabalho era fomentar a discussão e reflexão, em atendimento aos novos paradigmas da educação, e contribuir para a Educação Química.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na avaliação dos questionários, os alunos entrevistados apresentam maior faixa etária entre 16 e 17 anos, sendo eles 10 meninos (22%) e 36 meninas (78%). Informações sobre a caracterização da amostra pode ser observada no quadro 2.

Quadro 2: Caracterização da amostra da pesquisa.

Nº de estudantes	Idade	Percentual
4 alunos	15anos	9%
15 alunos	16 anos	32%
24 alunos	17 anos	52%

2 alunos	18 anos	4%
1 aluno	21 anos	3%

Na avaliação deste questionário, foi possível analisar que todos os alunos responderam que não realizam prática em laboratório, uma deficiência esta da própria escola, tendo em vista que o ambiente escolar não possui laboratório de química. Na análise 81% dos alunos, gostam quando o professor realiza alguma atividade prática em sala de aula. Dos investigados, 95% consideram que as aulas práticas podem e/ou poderiam ajudar a compreender melhor a disciplina de Química.

Durante a realização da palestra, foi utilizado, um experimento químico com reações que ocorrem com cobre. Para este utilizamos, uma solução de vinagre com 3 colheres de sopa de sal. Essa solução reage com o cobre, removendo qualquer oxidação do metal. E ao colocarmos Esta solução em uma moeda de cobre “No experimento utilizamos a moeda de 5 centavos, que estava com aspecto de velha e suja”, observamos que após borrifarmos a solução a superfície da moeda, se tornava brilhante e com aparência de nova.



4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados obtidos foi possível concluir que o processo de ensino e aprendizagem em Química, não deve ser desenvolvido somente de forma teórica, mas na forma prática também. Na aula prática descrita acima trabalhamos dentro de uma nova área da química descrita como ciência dos materiais. E discussão da relevância do desenvolvimento de atividades práticas no processo de ensino de aprendizagem para alunos do ensino médio, possa permitir ao professor, maior articulação da teoria com a prática e com isso, dar mais significado à aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino médio/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Brasília: MEC, SEMTEC, 2002. 28 p.

BRASIL, Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre normas para a educação nacional.** A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas, Campinas, p. 163-164. 2003. 74 p.

CARDOSO, S. P; COLIVANUX, D. **Explorando a Motivação para Estudar Química.** Química Nova. Injuí: Unijuí, v.23, n.3, 2000.

CHASSOT, A. I. (1999). **Sobre prováveis modelos de átomos.** Química Nova Escola, São Paulo, n. 3, p. 3.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM EDUCAÇÃO**

RESENHA

ANÍSIO TEIXEIRA

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.152p.(Coleção Educadores -MEC)

Alda Schirley de Aquino²⁹

Fagner Teixeira Silva³⁰

Imaculada Conceição Fernandes Costa³¹

Josiane do Pilar Santos de Souza³²

A obra, em análise, foi escrita por Clarice Nunes e faz parte da “coleção educadores” publicada em novembro de 2010 pelo Ministério da Educação-MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, durante as comemorações dos 80 anos de criação do Ministério da Educação. Nesse livro, autora, apresenta uma síntese acerca da vida e do pensamento-pedagógico do Anísio Spínola Teixeira Filho um jurista renomado, intelectual, educador, escritor brasileiro que nasceu na cidade de Caetitê/Bahia, 12 de julho de 1900 e faleceu no Rio de Janeiro, 11 de março de 1971. Filho de Anna Spínola Teixeira e do médico Deocleciano Pires Teixeira que eram grandes proprietários de terras e com prestígio político consolidado nas esferas regional e nacional.

²⁹Graduação: Letras / Faculdade Católica Rainha da Paz- FCARP. Pós-graduação: Linguística com Ênfase na Educação Infantil / Instituto Darwin.

³⁰Graduação: História / Universidade Pitágoras UNOPAR. Pós-graduação: 1ª Educação de Jovens e Adultos em Ensino de História e Geografia / Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras -FACEL.

³¹ Graduação: Letras / UNEMAT. Pós-graduação: 1ª- Especialização em educação especial-LIBRAS. / IFMT campus de Várzea Grande/MT. Especialização - Linguística com Ênfase na Educação Infantil / Instituto Darwin. Mestrado: Mestranda em Educação - Universidade Católica de Brasília - UCB.

³²Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas - Universidade de Cuiabá - UNIC; Pedagogia - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT; Pós-graduação: Educação e Meio Ambiente - Universidade de Cuiabá - UNIC.

Educação Especial - Faculdade de Educação - Uniserra. Mestrado: Mestranda em Educação - Universidade Católica de Brasília - UCB.

Clarice Nunes aborda com detalhes as trajetórias de vida e as atuações profissionais de Anísio Teixeira, como sendo: descreve que ele passou por uma educação inaciana, estudou no colégio São Luiz Gonzaga e Antônio Vieira, ambos, colégios católicos e jesuítas sediados em Salvador na Bahia. Opina que a formação jesuítica de Anísio Teixeira possibilitou não só o domínio da escrita como também outras características inerentes à educação humanísticas, dentre estas, destacou os valores e princípios, bem como sua disciplina e dedicação aos estudos. Revela as preferências por literaturas complexas, dentre as quais, cita: Santo Ignácio, Padre Antônio Vieira, São Tomás de Aquino e outros.

Situa que Anísio: em 1922 - formou em Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro; em 1927 - viaja para os Estados Unidos e adquiriu conhecimentos ao ter contato com as ideias do filósofo e pedagogo John Dewey e influenciou seu pensamento; em 1928 - retorna ao EUA para cursar uma pós-graduação e ingressou na Universidade de Colúmbia, em Nova York e obteve o título de mestre (*Master of Arts*).

No lado profissional identifica que Anísio iniciou à vida pública a convite do governador da Bahia, à época, Francisco M. de G. Calmon. Daí, informa que ele passou a ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino, inicia a fazer importantes reformas de instrução pública nesse estado, realizou viagens a Europa onde pode observar diversos sistemas educacionais/escolares, teve contatos com a obra do filósofo americano John Dewey que considerou ser o seu marco decisivo na sua trajetória intelectual.

Salienta que Anísio Teixeira se notabilizou nas décadas de 1920 e 1930 como o personagem central na história da educação no Brasil, difundiu os pressupostos do movimento da “Escola Nova” embasado em princípios calcados no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento em preferência à memorização, reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro, exerceu vários cargos executivos. Ressalva, que Anísio se destacava entre os 26

signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova divulgado em 1932 em prol em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, fundou em 1935 a Universidade do Distrito Federal, depois transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

A autora salienta que a concepção de Anísio sobre a educação era sempre de renovação dos valores social e nunca de preservação. Desta feita, em 1947, por meio da constituinte estadual de 1950 ele idealizou a Escola Parque que se tornou um símbolo de renovação com acesso gratuito e mais aberto a todos, principalmente, a classe mais pobre em que os alunos estudavam e se formavam. A concepção dessa Escola foi uma geminação de alto potencial que serviu de modelo não só no Brasil, mas no mundo. Segundo a autora, partindo do princípio de Dewey, de que a escola reproduz a vida, o ensino nessas Escolas Parques se dava além dos conteúdos curriculares. Dentro dessa perspectiva, os alunos aprendiam a viver trabalhando, tendo momentos de lazer, praticavam atividades físicas, atividades sociais e culturais, era uma verdadeira preparação para vida social e profissional. Ademais, a educação integral, se harmonizava na Escola Parque, como um grande xeque-mate, desconfigurava, obviamente, da ideia que se tinha de escola pública tradicional da época. Isso credenciou Anísio como um homem à frente de seu tempo.

Como marco fecundo na educação brasileira, elucida ter sido Anísio o mentor do ensino público no Brasil numa visão ampla de que os ensinos primário e secundário tinham como finalidade atingir idealmente todas as crianças, adolescentes e jovens até os 18 anos de idade. Enfatiza, que ele no papel de defensor da educação comum a todos e por maior tempo, ampliou as facilidades educativas aos alunos talentosos por meio de variedades de forma de ensino e da flexibilização do mesmo, visando atender diferentes capacidades e interesses de todos. Pontua ter sido ele um lutador incansável pela redistribuição da educação como um bem social e da educação fundamental, de direito social inseparável das atividades humanas e necessárias ao desenvolvimento do homem, várias

partes das fases da vida. Lutar pela escola pública, universal, gratuita, de qualidade, para todo o brasileiro, reforça o ideal de Anísio Teixeira, ele não pensava em uma elite intelectual, ele pensava no povo.

No esforço se realça a importância da escola pública no processo educacional, o grande revolucionário Anísio Teixeira, piamente acredita que só existira democracia no Brasil, quando implantar-se no país a máquina que faz a democracia, que segundo ele, essa máquina é a escola pública.

No que tange a formação intelectual, situa a luta de Anísio como educador pela democratização do ensino primário e secundário, reitera não ser os únicos legados deixado por ele, no campo da educação, ratifica ser o grande incentivador das Universidades públicas e dos centros de pesquisas científicas na certeza de não haver país de sobrevivência digna sem estes grandes centros de formação intelectuais capazes de produzir soluções próprias aos problemas que o afligem.

Face o exposto, se recomenda obra analisa como leitura imprescindível para estudiosos da área de Educação, pois descreve com detalhes a trajetória de Anísio desvinculado do sistema antigo e seletivo de educação, sua luta por um ensino, público democrático e de largo acesso. Esclarece diante dos contrastes da vida de Anísio Teixeira, que apesar da brilhante trajetória pública e na educação, foi perseguido e hostilizado por amigos. Contudo, salienta que ele superou ao se fortalecer na sua formação jesuítica e com persistência deu esperanças por uma educação de qualidade para as gerações futuras. Comenta que Anísio como legado vislumbrou aos mestres do amanhã, ratificou que estes se tornariam seres versáteis, qualificado para atender uma das mais belas artes, o educar que nada tem a perder para a ciência da medicina. Reitera, que Anísio tinha visão a frente de seu tempo, lutou por uma educação que atendesse os avanços e as transformações sociais de comunicação e econômica boa, eficiente, adequada e devidamente distribuída.

Finaliza-se, dentre as perspectivas de uma educação futura, democrática, sólida e de qualidade, que Anísio Teixeira impulsionou avanços significativos no sistema educacional do Brasil. Decerto suas contribuições se configuram na atualidade com notáveis reflexos positivos nas diversas modalidades de ensino.

Conclui-se que Anísio Teixeira foi um pensador de vida complexa, um homem capaz de sentir e conhecer o seu tempo, entretanto, pensar a diante dele. Foi a apresentação do homem brasileiro de luta, e da revolução além da palavra.

“Anísio foi o mais modesto dos grandes homens, o mais simples, o que menos desejou para si próprio, o mais ambicioso, porém em relação ao Brasil e ao homem brasileiro”. Jorge Amado.

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E FATORES ASSOCIADOS AO EMPODERAMENTO DAS ADOLESCENTES

Jaqueline Neves de Oliveira Corrêa³³
Leandro Araújo Vieira³⁴

RESUMO

O artigo contribui para a discussão sobre maternidade na adolescência e a questão do empoderamento nessa fase, além da escolaridade de mães adolescentes. Os antecedentes do modo como a gravidez e a maternidade na adolescência têm sido problematizados pela comunidade científica são apresentados neste estudo, em que se discute a pertinência e a relevância de algumas categorias de análise baseadas na experiência escolar, na teoria da situação em relação a gravidez na adolescência como um problema social. Será apresentada uma pesquisa descritiva e qualitativa. O mesmo que se traduzirá em conhecimento abrangente sobre a prevenção da gravidez na adolescência e a importância da educação sexual tanto no lar como na escola. O objetivo deste trabalho consiste em gerar conhecimento sobre as múltiplas dimensões e fatores associados ao empoderamento das adolescentes. O resultado do estudo procura mostrar a situação da gravidez na adolescência, e ao mesmo tempo que a sociedade entende que como cidadãos responsáveis ainda temos muito que trabalhar. A gravidez indesejada em idade precoce é um problema de saúde pública, política pública e falta de educação sexual. Os adolescentes são os agentes de mudança e devemos trabalhar constantemente juntos para o seu bem-estar e crescimento.

Palavras-chave: Adolescentes. Educação Sexual, Direitos Sexuais.

ABSTRACT

The article contributes to the discussion on teenage motherhood and the issue of empowerment in this phase, in addition to the education of teenage mothers. The antecedents of how teenage pregnancy and maternity have been problematized by the scientific community are presented in this study, in which the relevance and relevance of some categories of analysis based on school experience, in the theory of the situation in relation to pregnancy are discussed. in adolescence as a

³³ Graduação em Pedagogia pela Faculdade do UFMT (2008). Complementação pedagógica em Filosofia, Licenciatura Plena pela Faculdade FAPAN (2018), Pós-graduação em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia Faculdade São Braz (2019). Mestranda pelo Instituto de Pesquisa Educacional (2021). E-mail: heloisaececilia@gmail.com.

³⁴ Graduação: **Tecnólogo em Segurança no Trabalho- UNOPAR. Bacharelado em Direito pela UNEMAT (Cursando).**

social problem. A descriptive and qualitative research will be presented. The same will translate into comprehensive knowledge about the prevention of teenage pregnancy and the importance of sex education both at home and at school. The objective of this work is to generate knowledge about the multiple dimensions and factors associated with the empowerment of adolescents. The result of the study seeks to show the situation of teenage pregnancy, and at the same time that society understands that as responsible citizens we still have a lot to work on. Unwanted pregnancies at an early age are a public health, public policy and lack of sexual education problem. Adolescents are agents of change and we must constantly work together for their well-being and growth.

Keywords: Adolescents. Sexual Education, Sexual Rights.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de já existirem campanhas e pesquisas sobre a gravidez na adolescência, suas causas e consequências, ainda é uma questão que continua sendo um problema social. De acordo com um relatório publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (2021), a cada ano ocorrem 7,3 milhões de nascimentos de meninas e adolescentes de até 18 anos no mundo, dos quais dois milhões correspondem a meninas menores de 15 anos, um número que, se a tendência atual continuar, chegará a três milhões em 2030 (ONU, 2021). Portanto, é necessário analisar as informações nacionais e internacionais existentes sobre essas consequências, que abrangem tudo sobre a gravidez na adolescência. A sociedade desempenha um papel importante diante do problema, visto que existe essa pressão social e um sistema já estruturado que influencia o papel da mulher hoje.

No contexto da gravidez, há décadas, era comum e socialmente aceito que as mulheres engravidassem precocemente. No entanto, hoje os movimentos revolucionários feministas alcançaram uma mudança importante dentro das sociedades contemporâneas, conseguindo que as mulheres exerçam e façam valer seus direitos.

Portanto, hoje, as mulheres e adolescentes possuem novos propósitos e objetivos voltados para o campo educacional e profissional, deixando o papel da maternidade após terem completado essas etapas que atualmente ocorre dos 28 aos 30 anos de idade. No entanto, isso ocorre em mulheres de nível socioeconômico médio e alto. Anteriormente, a idade média para ser mãe era jovem. Apesar das mudanças e das novas oportunidades que as mulheres alcançaram através da luta constante, elas continuam a ser oprimidas e muitos de seus direitos não são cumpridos, e um desses direitos é a educação sexual.

A educação sexual abrangente e inclusiva deve ser parte integrante da educação, como um processo normal e humano, é também um direito que deve ser implementado e ministrado desde o ensino fundamental até o ensino médio e pós-secundário. Sem educação em sexualidade, a única maneira de as crianças compreenderem sua sexualidade é por meio de normas sociais e como sua sociedade, comunidade e família constroem um "mito" sobre isso. (Salazar, 2015).

A falta de educação sexual orientada tem sido uma das principais razões pelas quais as jovens estão atualmente engravidando em uma idade em que, física e psicologicamente, não estão prontas para ser mães. Apesar do fato de que em vários países programas de educação sexual e prevenção de natalidade já foram implementados, em países como o Brasil eles continuam a aumentar sua taxa de gravidez na adolescência, especialmente nos setores rurais e marginais onde a taxa de pobreza é alta.

Como se sabe, não será possível promover o desenvolvimento humano de forma sustentada sem ativar, entre outros aspectos, o empoderamento feminino. Isso é entendido como o desdobramento da capacidade de ação que as mulheres possuem a partir do que valorizam e têm motivos para valorizar nas diferentes esferas da vida social, econômica e política. Assim, embora o contexto atual sugira um progresso significativo em termos de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres ao nível dos compromissos globais, como os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e políticas nacionais como o Acordo sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades sem Discriminação, assinado por o Acordo Nacional e o Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2021), ainda é necessário gerar evidências rigorosas, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, sobre a situação do empoderamento da mulher, bem como sobre os aspectos que podem contribuir para melhorá-lo.

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa sobre o empoderamento para incluir: análise das múltiplas dimensões e fatores associados ao empoderamento das adolescentes. Este estudo teve como objetivo gerar conhecimento sobre as múltiplas dimensões e fatores associados ao empoderamento das adolescentes a fim de contribuir para o desenho de um sistema de monitoramento e avaliação relevante para a formulação de atenção ao empoderamento das adolescentes e sua saúde sexual.

2. DEFINIÇÕES DE EMPODERAMENTO

As primeiras conceituações de empoderamento surgiram por volta da década de 1990 como uma iniciativa da DAWN (Women for Alternative Development), que segundo Pinto (2011) essa organização que reuniu acadêmicos e ativistas da Índia e de outros países pós-coloniais. Esta iniciativa levantou uma posição crítica em relação ao paradigma da Mulher e Desenvolvimento (MED), um modelo hegemônico que influenciou significativamente várias políticas de desenvolvimento geradas por organismos internacionais. Para Dawn, a abordagem proposta pelo MED foi focada na inclusão da mulher no trabalho produtivo e para o espaço público. No entanto, a iniciativa não questionou as estruturas e relações de poder que truncaram a possibilidade de as mulheres, em igualdade de condições com os homens, serem parte dos benefícios do desenvolvimento e do exercício de uma cidadania digna.

Na proposta da Dawn, de acordo com Oliveira (2013), o objetivo das políticas de desenvolvimento na perspectiva de gênero deve influenciar justamente a transformação de estruturas e relações desiguais que impedem a participação das mulheres, bem como seu desenvolvimento. A partir desse quadro, o empoderamento das mulheres é proposto como estratégia para o alcance dessas mudanças. Assim, busca gerar níveis de decisão que proporcionem às mulheres novas formas de se ver e de repensar sua localização na sociedade, incorporando as diferenças de classe, raça e gênero.

Gouvêa, Silveira e Machado (2013) argumentam, que o empoderamento implica o processo pelo qual o poder é obtido, entendendo-o em termos de controle. Ferreira e Nogueira (2013), reforçam a noção de processo e argumentam que o empoderamento implica maior controle sobre as fontes de poder, o que por sua vez significa uma redistribuição desse poder (entre nações, gêneros e indivíduos) e uma transformação das instituições e normas que consideram preconceitos de gênero.

De acordo com Gouvêa, Silveira e Machado (2013), esse poder deve ser analisado levando-se em consideração três dimensões: controle sobre os recursos materiais (físicos, humanos, financeiros), controle sobre os recursos intelectuais (conhecimento, informação, ideias) e controle sobre a ideologia, entendida como aquela capacidade de facilitar, comunicar, manter e institucionalizar conjuntos de crenças específicas, determinados valores, atitudes e comportamentos, gerando a forma como as pessoas percebem e funcionam em seus contextos econômicos, sociais e políticos. Dessa forma, “o processo de desafiar as relações de poder existentes, bem como obter maior controle sobre as fontes de poder, pode ser denominado empoderamento” (FERREIRA E NOGUEIRA, 2013, p. 78).

Junto com isso, Kleba e Wendhausen (2009), enfatizam a importância de se considerar as dimensões individual e coletiva do empoderamento, entendendo que este processo se refere a ambas às mudanças individuais, bem

como às mudanças nas relações estabelecidas com o meio ambiente. Assim, a avaliação do empoderamento implica um questionamento do poder em nível interior (poder de dentro), mas também o controle sobre os recursos e a capacidade das mulheres de estabelecer "as regras do jogo", questionando as normas e instituições que limitam / enfraquecem o trabalho delas.

Dentre os estudos realizados sobre o tema, verifica-se que as intervenções destinadas a fomentar as condições de empoderamento das mulheres a partir da sua adolescência, devem incorporar iniciativas que problematizem as relações socialmente opressoras em que as mulheres podem se enquadrar e as hierarquias sociais que permitem ou favorecem essas dinâmicas opressoras. De modo geral, Cramer (2012) coloca que:

[...] estudos sobre o empoderamento das mulheres tende a se concentrar nos seguintes tópicos: relações sociais e papéis das mulheres em suas comunidades, violência como um obstáculo ao empoderamento, o impacto dos grupos de mulheres no empoderamento e plataformas econômicas, como intervenções relacionadas ao empoderamento (CRAMER, 2012, p. 51).

Sobre o primeiro aspecto, o autor discorre que o empoderamento também é influenciado pelas relações sociais e pelo papel da mulher na comunidade. As relações sociais mais relevantes para esta análise são os papéis de cuidar das mulheres e seu envolvimento na relação de casal.

Uma reflexão fundamental sobre o assunto é a proposta por Lisboa (2007), que levanta a necessidade de incluir, nos instrumentos de medição do empoderamento feminino, indicadores que permitam quantificar como o cuidado aos dependentes podem influenciar no empoderamento das mulheres, uma vez que tais cuidados implicam em limitações e condicionantes econômicas e temporais na vida das mulheres. Esses aspectos são enfatizados a partir da economia feminista e são relevantes para entender a feminização da pobreza e a pauperização da maternidade, especialmente em países caracterizados por um alto nível de desigualdade de renda ou países em desenvolvimento. Nesse

sentido, um achado importante da pesquisa de Lisboa (2007), é que as mulheres tendem a se distanciar na busca pela igualdade de gênero se temem pelo bem-estar de seus filhos e demais dependentes delas.

Dentro das propostas específicas de Kleba e Wendausen (2007) para inclusão nas medidas de empoderamento, sugere-se avaliar uma série de indicadores: renda individual das mulheres, disponível para despesas não relacionado às suas funções de cuidado, tempo individual disponível (após subtração de horas de trabalho remunerado e não remunerado), tempo de cuidado que os dois membros da família dedicam aos seus dependentes e classificações quanto aos tipos de trabalho de cuidado.

Por fim, uma medida de empoderamento que inclui esses indicadores contribui para questionar os papéis sociais das mulheres em determinadas sociedades. Por esse motivo, Melo e Lopes (2012) sugere que as políticas não devem apenas encorajar o aumento da remuneração das mulheres no local de trabalho, mas também devem trabalhar para encorajar a participação nos cuidados familiares para homens e mulheres.

Dessa forma, o estudo realizado permite conhecer as dimensões do empoderamento das mulheres. Compreende-se que as dimensões mais relevantes, coletadas por literatura especializada são: vida e saúde física (capacidade de gozar de boa saúde), controle sobre o ambiente material (possuir bens móveis ou imóveis e fazer uso de direitos de propriedade), as características das relações sociais (receber apoio social e participar de interações sociais), integridade física e segurança (poder circular livremente e estar protegido de qualquer tipo de violência), bem-estar psicológico (ter saúde mental, não sentir medo e ansiedade que impeçam o desenvolvimento emocional) e acesso ao trabalho remunerado (capacidade de inserção no mercado de trabalho).

2.1. Maternidade na adolescência e o enfraquecimento do capital cultural

Embora a maternidade nem sempre interrompa a trajetória educacional, ela prejudica o processo educacional das adolescentes. As adolescentes que optam por continuar os estudos segundo Pinheiro (2001), fala que a compatibilidade entre os dois papéis resulta em uma tensão permanente que, entre outras coisas, impacta o processo educacional. Nesse sentido, destacam que sua prioridade é o bem-estar do filho ou filha, de modo que, em termos práticos, apesar da vontade de continuar estudando, situações de:

- ✓ Atraso no cumprimento das atividades escolares;
- ✓ Aumento do absentismo escolar;
- ✓ Queda nas notas;
- ✓ Mudança no ritmo de estudo;
- ✓ Incorporação do filho ou filha nas atividades de estudo;
- ✓ Aumento das atividades e trabalhos domésticos;
- ✓ Diminuição das horas de descanso;
- ✓ Não se referem ao tempo de lazer e recreação, portanto, este também é limitado.

Sobre isso, Cotta et al. (2006) nos alerta que o capital cultural é internalizado em pelo menos três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado, sendo estes, de alguma forma, incrementais. Os autores ressaltam que a primeira e mais básica etapa supõe um processo de ensino e aprendizagem para internalização. Nesse sentido, é plausível questionar o real processo de acumulação de capital cultural nas mães escolares, com todas as interferências que esta tem ao tentar conciliar as demandas do papel materno com o de aluna, portanto, o processo formal de a aprendizagem é prejudicado.

O capital cultural “incorporado” a um *habitus* como discorre Strobino e Teixeira (2010), ocorre quando se passa do acesso a determinados elementos culturais (conhecimento, informação), para a sua apropriação pelo sujeito.

[...] Consequentemente, a frequência escolar, a participação em um sistema que outorga credenciais (capital social institucionalizado), mas não necessariamente que desenvolva competências nas mães adolescentes, da mesma forma que seus colegas de escola, embora possam ter atributos maiores e, como visto nas entrevistas, por vezes, fortalecimento das trajetórias escolares (pré-escolar, boas notas) (TEIXEIRA, 2010, p. 98).

Conforme o autor, para atender às possíveis diferenças na apropriação cultural e no pensamento sobre estratégias de intervenção com mães adolescentes, Moreira (2016) coloca que é necessário considerar pelo menos dois elementos: i) Momento de início do processo de apropriação de capital e ii) Prazo de apropriação prolongado.

Portanto, Castro (2018) coloca que as intervenções de ação positiva devem reverter a limitação na quantidade e na qualidade do tempo dedicado ao estudo; por exemplo, no estilo de cursos, ou na integração em processos educacionais estimulantes, bem como estratégias para administrar o estresse produzido pelo processo de ensino no contexto da maternidade, e maior autocontrole (que inclui hábitos de estudos e senso de autoeficácia escolar). Esses elementos não são relevantes apenas no caso de mães adolescentes, mas também para evitar o fracasso escolar em geral, mas são mais relevantes considerando também as concepções de gênero predominantes em uma sociedade patriarcal, onde se espera que o papel da mulher /mãe seja no espaço privado, julgando a participação no espaço público (escola) naqueles que, além de mulher/mãe, querem ser estudantes.

Para Moreira (2016), um conjunto de efeitos negativos que a gravidez indesejada produz nas diferentes esferas da vida da adolescente, especialmente nas menores, que incluem a impossibilidade de completar as funções da adolescência, o abandono da atividade escolar por vergonha ou proibição,

grandes dificuldades para rearticular a vida sexual e limitar a fecundidade, impossibilidade de constituir família e vocação e de poder suprir as suas próprias necessidades e as da criança e garantir que esta atinge o seu potencial vital.

Apesar da maior vulnerabilidade, Oliveira (2013) fala que uma proporção de adolescentes que assumem a maternidade e a paternidade precocemente permanece na escola. Desse ponto de vista, poderíamos dizer que as mães adolescentes enfrentam o desafio de delinear um projeto, uma aspiração de si, a partir de seus próprios saberes, a configuração de expectativas, as relações com os outros, o significado e interiorização do meio ambiente, entre outros aspectos. A maternidade na adolescência marca um antes e um depois na biografia da jovem. Às vezes, é o marco que redefine o depois, pois estrutura um projeto de vida com metas e objetivos claros, de curto e longo prazo. Ser pai/mãe para alguns é em si uma realização pessoal, para outros, especialmente aqueles que valorizaram a educação formal, é mais difícil abordar essa fase na adolescência.

2.2. O empoderamento das adolescentes e sua saúde sexual

O empoderamento das adolescentes é uma questão de justiça social e reconhecimento de seus direitos. É obrigação dos Estados reconhecer e garantir que elas, como todos os seres humanos, possam desfrutar e exercer plenamente seus direitos. a discriminação cultural, étnica, racial, social, educacional, econômica, de gênero e idade que as mulheres enfrentam representa uma violação direta de seus direitos, afeta seu bem-estar e saúde, restringe o desenvolvimento de seu potencial humano e obstrui sua participação social. Mesmo reconhecendo que muitas delas se encontram nessas situações de vulnerabilidade, a abordagem para o seu empoderamento e melhoria da sua

saúde deve necessariamente ser feita na perspectiva do ser humano e não da vítima (KLEBA e WENDHAUSEN, 2009).

As ações destinadas a empoderar as mulheres têm um quadro normativo apoiado por tratados internacionais de direitos humanos de natureza juridicamente vinculativa para os países signatários e compromissos políticos por exemplo, Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDaW) e Plataformas de Ação do Cairo e Pequim +5 e +10, Convenção de Belém do Pará, Convenção Ibero-Americana sobre os Direitos dos Jovens. (CIDj), etc., que estabelecem diretrizes específicas para o cumprimento desses tratados assinados pelos Estados Partes. assim, esses governos se comprometem a respeitar, proteger e garantir a aplicação dos direitos dos adolescentes e promover a equidade de gênero na formulação de suas políticas e programas. Como discorre Ferreira e Nogueira (2013):

[...] O empoderamento das adolescentes é a porta de entrada para promover sua participação cidadã. O empoderamento promove e reconhece os pontos fortes, interesses, habilidades e direitos das adolescentes em contribuir para seu desenvolvimento educacional, individual, familiar e social (NOGUEIRA, FERREIRA, 2013, p. 65).

Conforme o autor, posiciona as mulheres como atores centrais em suas próprias vidas e oferece oportunidades reais para que participem e se envolvam nas decisões que as afetam como indivíduos e como grupo, agora e no futuro. Os programas e políticas que afetam as adolescentes, devem considerar sua participação no processo de planejamento, implementação e avaliação, seja por iniciativa da própria ou como parte de uma aliança jovem-adulto para garantir que reflitam e atendam às suas necessidades e interesses. Assim, adolescentes empoderadas se tornarão mulheres adultas envolvidas em diferentes esferas de tomada de decisão em nível nacional e local e contribuirão para alcançar a paridade de gênero em termos de representação. O empoderamento e a participação cidadã é um processo fundamental para a construção da democracia e para a melhoria de sua saúde e desenvolvimento.

Para Cramer (2012), o empoderamento permite que as adolescentes assumam o controle de suas próprias vidas. Uma mãe com poder tem a capacidade de distinguir opções, tomar decisões e colocá-las em prática. É um processo, mas também é um resultado; é coletivo e ao mesmo tempo individual. O empoderamento das adolescentes é essencial para o alcance da igualdade de gênero. As instituições podem apoiar processos de empoderamento tanto individual quanto coletivamente.

A adolescência conforme Lisboa (2007) representa um excelente estágio para rever os papéis de gênero e resgatar o empoderamento. O fato de as adolescentes ainda se encontrarem em processo de desenvolvimento físico, intelectual, emocional e moral constitui um terreno fértil para uma desconstrução crítica das práticas e roteiros sociais que favorecem a desigualdade de gênero, pois as mulheres tendem a vivenciar esse processo de mudança alguns anos antes do que os homens. Além disso, essas alterações se manifestam de forma diferente em ambos os sexos como discorre Castro (2018):

[...] Por exemplo, os níveis de estresse em mulheres tendem a aumentar desde a pré-adolescência (9-12 anos) até o início da adolescência (12-14 anos), o estágio em que as diferenças de gênero se tornam mais evidentes, uma vez que essa transição representa um período de particular vulnerabilidade para essa fase (CASTRO, 2018, p. 45).

Portanto, segundo o autor, é importante investir junto as adolescentes desde cedo para que elas possam aproveitar a sensação de empoderamento que, segundo diversos estudos, existe durante a pré-adolescência. Se os adolescentes "perderem a voz", seu senso de auto, autoestima e empoderamento, saúde e desenvolvimento podem ser seriamente comprometidos.

Para Melo e Lopes (2012), o empoderamento das adolescentes pode contribuir para a redução das altas taxas de fertilidade e das infecções sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo HIV/AIDS. Em escala mundial, destaca pelos altos níveis de reprodução adolescente, os nascimentos que provêm de mães adolescentes representam a maior fração de todos os nascimentos. Da mesma forma, 20% dos casos de HIV diagnosticados e notificados

corresponderam a jovens entre 15 e 24 anos de idade. Uma mãe empoderada tem mais chance de controlar sua própria fertilidade e de reduzir as chances de contrair uma DST, atrasando o início da relação sexual, reduzindo comportamentos de risco, negociando o uso de preservativo.

O empoderamento das adolescentes segundo Moreira (2016), é um elemento indispensável para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento que se espera. Investir na igualdade de gênero, na autonomia das mulheres e em seu empoderamento é essencial para atingir as metas dentro da educação. A maioria das metas está inter-relacionada e visa melhorar a saúde e o desenvolvimento das mulheres. Portanto, será difícil progredir em alguns deles sem progredir nos outros.

Para Gouvêa, Silveira e Machado (2013), o empoderamento das mulheres adolescentes deve ser abordado nas áreas indicadas pelos ODMs, principalmente relacionadas à melhoria da saúde da mulher, nutrição, educação, igualdade de gênero, trabalho decente, acesso a recursos vitais básicos e novas tecnologias. Devem estar relacionados a aspectos essenciais do bem-estar das mulheres; eles representam um conjunto comum de metas básicas de desenvolvimento em pobreza, educação, gênero, mortalidade infantil, saúde materna, doenças epidêmicas, sustentabilidade ambiental e financiamento para o desenvolvimento. Para este fim, as seguintes recomendações são feitas sobre o empoderamento das adolescentes para atingir as metas:

1. Incluir na definição de pobreza, particularmente quando se refere as adolescentes, não só a falta de recursos econômicos, mas também outras dimensões como a falta de poder, oportunidades, capacidade e segurança;
2. Integrar efetivamente a dimensão de gênero na formulação e aplicação de políticas públicas, especialmente de programas de alimentação e nutrição. As estratégias que canalizam os benefícios das ações integradas de nutrição, saúde e educação, reconhecendo o papel fundamental da mulher no cotidiano familiar,

têm se mostrado especialmente benéficas para as próprias mulheres, a exemplo do tratamento da anemia.

Sobre o acesso universal desde a educação primária Oliveira (2013) discorre que deve priorizar a universalização do acesso por meio da intersetorialidade, educação e saúde, considerando sua estreita inter-relação. O acesso à educação está diretamente relacionado à redução das taxas de fecundidade e ao planejamento familiar. Isso tende a atrasar a idade do casamento, reduzir o número de filhos e ter uma gravidez mais saudável e partos mais seguros. Seus filhos têm uma chance melhor de sobreviver ao parto, aos primeiros meses de vida e aos primeiros cinco anos críticos, criando a base para uma vida saudável e benéfica.

Da mesma forma, Castro (2018) coloca que as mães com saúde precária e/ou com altos índices de desnutrição apresentam desempenho escolar inferior àquelas que gozam de boa saúde. Focar as intervenções identificando os grupos e áreas geográficas mais excluídos. Devem ser tomadas medidas em nível local para responder às suas circunstâncias particulares, em relação ao acesso à educação, melhorar sua qualidade, abordar as preocupações dos pais sobre o papel e a segurança das mães e fornecer incentivos e / ou benefícios que compensam o custo de oportunidade que significa a perda da contribuição para a renda familiar feita pelos trabalhadores.

Ferreira e Nogueira (2013), coloca que deve ser oferecido acesso universal à educação abrangente e infantil sobre sexualidade nas escolas. Essa educação não deve focar apenas a abstinência, que demonstrou não ter impacto significativo na idade de início da relação sexual. Deve proporcionar às meninas e mulheres adolescentes informações sobre seu corpo, sua saúde, seus direitos de cidadania e os cuidados com seu bem-estar. Deve ensiná-los sobre comunicação e tomada de decisão e ajudá-los a aprender como estabelecer igualdade em seus relacionamentos, respeitar o direito de consentimento nas relações sexuais e no casamento, bem como impedir a violência e a coerção sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo gerar conhecimento sobre as múltiplas dimensões e fatores associados ao empoderamento das adolescentes. Os resultados obtidos dão origem a uma série de recomendações de políticas gerais que podem ser úteis para melhorar a situação do empoderamento das mulheres. Uma primeira recomendação está relacionada à necessidade de estratégias voltadas para a igualdade de gênero e empoderamento para incluir não apenas as mulheres, mas também os homens. Isto é particularmente relevante na medida em que se observa que, embora os níveis de incidência de abandono por parte das adolescentes grávidas são baixos, o índice de incidência de adolescentes grávidas desempregadas é muito alto. Um dos postulados mais importantes desta abordagem é a relação causal proposta entre as condições de pobreza ou marginalização, gravidez na adolescência e abandono escolar. Por esse motivo, os estudos que abordam quantitativamente a influência dos fatores que afetam a adolescente, incluindo as características do contexto quando as mães adolescentes encontram um espaço de expressão ou acesso aos discursos para se posicionarem e para o desdobramento de práticas, como a permanência na jornada escolar. Por outro, quando reflete as condições de uma estrutura injusta e desigual por não proporcionar oportunidades simbólicas e materiais na condição única de alunas e mães.

REFERÊNCIAS

CASTRO, ABC, et al. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina as sociedades capitalistas. **VI seminário CETROS**. 2018.

COTTA, R. M. M.; SCHOTT, M.; AZEREDO, C. M. Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 7-18, jul./set. 2006.

CRAMER, L. et al. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n. 1, 2012.

FERREIRA, J.M.; NOGUEIRA, E.E.S. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 398-417, Ago. 2013.

GOUVÊA, A.B.C.T.; SILVEIRA, A.; MACHADO, H.V. Mulheres Empreendedoras: Compreensões do Empreendedorismo e do Exercício do Papel Desempenhado por Homens e Mulheres em organizações. **Revista de Empreendimentos e Gestão de Pequenas Empresas**, v.2, n.2, p. 32-54, 2013. <https://pdfs.semanticscholar.org/7143/2a6beabbe07c3f6133568228a72e619810e3.pdf>. Acesso em: 31/10/2020.

KLEBA, M.E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LISBOA, T.K. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**, 2007.

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43049/dimensoes-do-empoderamento-feminino--autonomia-ou-dependencia--> Acesso em: 25/10/2021.

MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência desprevenida e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento, Brasília**, v. 1, p. 230-48, 2009.

MELO, M.C.O. LOPES; A. L.M. **Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise**. *Revista Gestão e Planejamento*, v.12, n.3, p.648-667, set/dez, 2012.

MOREIRA, Isabela. **“A sociedade convoca os olhares para que desejem essas meninas” diz pesquisadora**, 2016 [online]

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/05/sociedade-convoca-os-olhares-para-que-desejem-essas-meninas-diz-pesquisadora.html>
Acesso em: 03 out. 2021.

OLIVEIRA, A. L. de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 05, n. 2, p. 1-14, 2013.

PINHEIRO, V. de S. **Maternidade na adolescência: significados e repercussões**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

PINTO, C. C. G. **Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais.** Tese. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Lisboa, 2011

STROBINO, M.R.C.; TEIXEIRA, R.M. **Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho Família:** Estudo de Multicasos no Setor da Construção Civil da Cidade de Curitiba. Florianópolis, VI ENEO, 2010.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

RESENHA
ÉMILE DURKHEIM

FILLOUX, Jean Claude. **Émile Durkeim** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 148 p. (Coleção Educadores – MEC).

Imaculada Conceição Fernandes Costa³⁵

Josiane do Pilar Santos de Souza³⁶

Maria do Pilar Filho³⁷

Simôni Carrijo Batista³⁸

A obra em análise compõe a “coleção educadores” lançada em novembro de 2010 durante as comemorações dos 80 anos do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/BRASIL) e a Fundação Joaquim Nabuco. Nesse conjunto de volumes, foram reunidos 30 educadores brasileiros e 30 educadores estrangeiros escolhidos por importantes contribuições na história da educação brasileira

Este livro foi escrito por Jean Claude Filloux (1921-França - idade 100 anos), um filósofo o fundador e professor emérito do Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Universidade de Paris 1964X Paris X-Nanterre, professor antigo de sociologia da Universidade de Poitiers, membro de várias sociedades científicas: Sociedade Francesa de Filosofia, Associação Francesa de Sociologia e Associação dos

³⁵ Graduação: Letras / UNEMAT. Pós-graduação: 1ª- Especialização em educação especial-LIBRAS. / IFMT campus de Várzea Grande/MT. Especialização - Linguística com Ênfase na Educação Infantil / Instituto Darwin. Mestrado: Mestranda em Educação – Universidade Católica de Brasília – UCB.

³⁶Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade de Cuiabá – UNIC; Pedagogia – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Pós-graduação: Educação e Meio Ambiente - Universidade de Cuiabá – UNIC.

Educação Especial – Faculdade de Educação – Uniserra. Mestrado: Mestranda em Educação – Universidade Católica de Brasília – UCB.

³⁷Formação acadêmica com nome do curso e faculdade: Graduação: PEDAGOGIA – Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT; Pós-graduação: LITERATURA INFANTIL E INFANTO-JUVENIL - Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT.

³⁸Graduação: Licenciatura em Pedagogia - Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT; Pós-graduação: Literatura Infantil e Infanto- Juvenil - Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT.

Docentes e Pesquisadores em Ciências da Educação; autor notadamente de: *La personnalité* (A Personalidade); *Durkheim et le socialisme* (Durkheim e o Socialismo); *Anthologies des sciences de l'homme* (Antologia das Ciências Humanas, escreveu inúmeros artigos e capítulos sobre a educação e sobre Durkheim

Nesse volume da referida coleção, o autor apresenta ensaios e textos selecionados do livro *Educação e Sociologia* (DURKHEIM, 1922/1975). Inicialmente faz uma síntese acerca da vida do francês David Émile Durkheim (Épinal, 15 de abril de 1858 – Paris, 15 de novembro de 1917) sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. Formalmente, tornou a sociologia uma ciência e, com Karl Marx e Max Weber, comumente citado como o principal arquiteto da ciência social moderna..

Em particular, Filloux narra um pouco da história de vida de Durkheim e situa ser ele filho de rabino e que na adolescência abandona a religião judaica. Demarca entre os anos 1879 a 1882, que ele frequentou a prestigiosa Escola Normal Superior (ENS) de Paris. Daí, decidiu que sua futura profissão seria de professor de filosofia, no entendimento que o ensinar, seria uma missão em ajudar seus compatriotas a trilhar o caminho rumo a uma sociedade para superar seus próprios conflitos. De modo especial, contribuir para estimular as mudanças sociais que permitissem o que chamou de “bem por excelência”. Em razão disso, Durkheim pensou a educação no sentido de uma construção verdadeira na ciência social, no ideário de que o próprio projeto o inseria num contexto múltiplo.

Em outro sentido, Filloux especifica que o meio no qual Durkheim passou sua infância dentro da situação histórica da França derrotada em 1870 na guerra contra a Alemanha, marcou um longo período de conflitos sociais e políticos por que passava seu país. Nesse ínterim, vivenciou a tragédia da Comuna (de março a maio de 1871) uma espécie de guerra civil, após a derrota se tornou uma marca da sua juventude. Alude que ele viveu em uma Europa conturbada por guerras e em processo de modernização, em função disso sua produção intelectual reflete

a tensão entre valores e instituições que estavam desmoronando e formas emergentes que ainda estavam se delineando. Credencia que ele percebeu que ao desempenhar seu papel como professor, contribuiria para no futuro da sociedade por meio da educação.

Discorre, que em 1882, Durkheim começa uma carreira no labor de sociólogo, reforça seu idealismo missionário (ou mesmo, do profeta) na preocupação em definir as condições de existência de uma sociedade que respeita a pessoa e elabora os modelos da escola e da pedagogia que torna em realidade a realização dessas condições. Informa que ele depois de alguns anos ensinando filosofia, em 1887, foi nomeado para a Faculdade de Letras de Bordeaux para ministrar um curso de “Ciência Social e Pedagogia”. Contudo, em 1902, vai para Universidade de Sorbonne – Paris, assume a Cátedra de “Ciência da Educação”, posteriormente, transformada em “Ciência da Educação e Sociologia” até o seu falecimento em 1917.

Concernente a constituição de uma ciência da educação, Filloux explica que é inseparável da formalização durkheimiana da própria sociologia. Nessa ocasião, Durkheim passou a ser reconhecido ser o “pai” da sociologia francesa e o primeiro sociólogo da educação. Esclarece que na mesma época entre 1882 e 1886, o Ministro Jules Ferry lança as bases de uma escola laica, obrigatória e igualitária, inseriu no âmbito da elaboração de uma ciência social destinada a desempenhar um papel eminente no futuro das sociedades. Neste pensamento, articulou isenção dos moldes da educação ao modelo de análise dos fatos sociais construído por Durkheim, assim permitir pensar no sentido educacional tanto em sua natureza, como em sua evolução.

Na parte dos textos, Filloux apresenta a temática a função da educação de 1911, intitulada “*A Educação, Sua Natureza e Seu Papel*” publicada em Educação e Sociologia. (DURKHEIM, 1922/19750).

O autor recorta à “observação histórica” enfatizadas nas afirmações: “cada sociedade, considerada num momento determinado de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos” Cada sociedade fixa um certo “ideal do homem”, do que ele deve ser, do ponto de vista intelectual, físico e moral, sendo esse ideal o próprio polo que norteia a educação. A sociedade só pode viver “se existir entre seus membros uma suficiente homogeneidade”. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando, antecipadamente, na alma da criança as alianças fundamentais exigidas pela vida coletiva. (p.15).

Não obstante, elenca os objetivos da educação no pensamento de Durkheim em desenvolver o indivíduo tanto físico quanto moral, sendo o social na íntegra do homem e a sociedade por meio da diversidade e transmissão de cultura. Em consonância, reitera que Durkheim pela instrumentalização da educação afirmava: “ser individual” transforma-se em “ser social” por trata-se de uma homogeneidade relativa às sociedades. Acerca das características da divisão do trabalho social, ratificou quanto mais às profissões são diferentes e solidárias, mais se torna indispensável certa heterogeneidade, assim expressou: “Chegamos, portanto, à seguinte fórmula. A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada. Resulta da definição acima que a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração” (p.16).

Reitera que neste contexto, Durkheim defendia que a sociedade teria mais benefícios por meio do processo educativo, na crença da educação ser um meio de socialização entre os indivíduos, em que os mesmos criam meios para cooperar, respeitar e construir uma sociedade melhor. A isso acrescentou, quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade.

No texto: *Qual pedagogia?*, Filloux alude que Durkheim se dedicou a uma tripla tarefa, a saber: (i) estabelecer como a Escola pode preencher uma função que seja não só de conservação do sistema social em seu conjunto, mas também de mudança; (ii) busca as maneiras as práticas pedagógicas que podem estar ligadas, ao mesmo tempo, às instituições formais e informais, elaboradas pela sociedade global e por qual percurso elas resultam de “ideias” produzidas pelo sistema escolar; (iii) procura respostas para quais seriam os modelos pedagógicos se poderia recorrer para “ensinar” aos alunos, ao mesmo tempo, o sentido da “comunhão com os outros” e o sentido dos “saberes” científicos e literários.

Em outra análise, rebusca no ideário de Durkheim que pedagogia consistia em teorias, em maneiras de conceber e pensar à educação. Dessa forma, impulsionou mudanças nas concepções da pedagogia para o contexto reflexivo e perspectiva de continuidade as práticas educativas, que eram vistas com certa descontinuidade, embasado em pressupostos de que a pedagogia pode assumir caráter intermitente.

No que tange a sociedade industrial moderna ou em via de modernização, Filloux discute a socialização Durkheim voltada para criança no dever de comportar aprendizados em dois níveis, porém respeitando sua autonomia própria. A isso, ele inclui que dar à criança o senso da disciplina, isto é, o gosto pela regularidade e pela subordinação às regras é uma maneira de ajudá-la a superar o estado de “anomia”, de confusão, que se apossaria dela, se obedecesse apenas a desejos sem freios. Reforça que ele se apoia numa argumentação de ordem psicológica, segundo a qual apenas o grupo (ou somente um grupo, inclusive o da família) pode regular os “apetites” insaciáveis latentes em cada um e, assim, assegurar o equilíbrio individual.

Desse contexto, enaltece o espírito de disciplina que Durkheim propôs, não somente para combater o espírito de anarquia no plano social, mas assegurar o controle de si pelo próprio sujeito, assim sendo: “A disciplina moral não serve somente à vida moral propriamente dita; sua ação tem um alcance maior. Ela

desempenha um papel considerável na formação do caráter e da personalidade em geral. E, com efeito, o que há de mais essencial no caráter é a aptidão para se dominar, é essa faculdade de saber parar ou, como se diz, de inibição, que nos permite conter nossas paixões, nossos desejos e impor-lhes a lei. Portanto, a disciplina é útil não apenas no interesse da sociedade e como meio indispensável sem o qual não poderia haver cooperação regular, mas no interesse do próprio indivíduo. É, sobretudo, nas sociedades democráticas como a nossa que é indispensável ensinar à criança essa moderação salutar (p. 23).

Em corroboração, o autor infere que Durkheim entendia a educação como instrumento para a construção moral coletiva dos indivíduos e da sociedade. Esse pensamento relacionado a educação contemplava um fato social, na certeza de que toda a educação consiste num esforço contínuo de impor ao indivíduo, maneiras de ver, de sentir e de agir, pelas quais não chegariam por si só o que pode ser compreendido.

Nesta perspectiva, Filloux enuncia os Sistemas de Educação evidenciando que ao serem analisados, passam pelo contexto da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, assim é possível pensar em educação sem destacar esses fatores.

Em consonância, assinala que Durkheim em seus conceitos defendia o argumento que a educação variou conforme os tempos por meio da evolução, mudanças de acordo com as regiões. Isso credita que a educação conjugada à escola se torna veículos por meio do qual a moral da sociedade é construída e aperfeiçoada.

Justapõe a isso, que a escola, para Durkheim assumia o mesmo papel desempenhado por anciões e familiares em sociedades mais simples e artesanais. Sedimentada, a escola passa a ser a principal responsável pela formação do ser social e do desenvolvimento das faculdades técnicas que a sociedade exige dos indivíduos.

Diante do exposto pode-se inferir que Durkheim acreditava na educação como fator de reconstrução social, confiava na particularidade de cada indivíduo na qual cada um possui uma personalidade particular e com competências e funções distintas. Isso, denota, que indivíduo, enquanto ser social, seria submetido a um processo de educação destinada a formar um ser disciplinado e responsável para promover o desenvolvimento social.

Pronuncia-se ser Durkheim “o Pai da sociologia) por ter sido o pioneiro em criar um método sociológico que diferenciava a sociologia das ciências humanas. Para além disso, se notabilizou como o fundador da escola francesa de sociologia e foi reconhecido como um dos teóricos de maior conceito na sociedade hodiernamente.

Ao refletirmos na educação relacionada as concepções de Durkheim, certamente nessa dicotomia são fundamentais para o contexto e desenvolvimento social. A educação perpassa por contextualizações que ultrapassam os muros escolares, influenciam fortemente à sociedade quando o indivíduo leitor do mundo e torna-se cidadão cada vez melhor, consciente de seus atos.

Por conseguinte, a educação instrumentalizada em contexto da sociedade contemporânea, se configura num elemento fundamental. Para isto, vislumbra-se—que enquanto professores e pesquisadores, podemos abarcar uma função essencial dentro da sociedade, a fim de levar o indivíduo a se desenvolver conforme sua aptidão.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. (Título original: *Éducation Et Sociologie, de 1922*).

ENSINO HÍBRIDO NA LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS TECNOLOGICA

Andressa Ferreira Costa³⁹
 Claudia Fernandes Ferreira⁴⁰
 Keytyny Fayfer Silva de Oliveira⁴¹
 Neide Aparecida Barbosa⁴²

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo discutir os desafios enfrentados pela educação na educação a distância e, o mais importante, destacar as dificuldades do ensino da Língua Portuguesa em períodos de isolamento social. Com o impacto limitado da pandemia Covid-19, a educação de emergência tornou-se a melhor opção. No entanto, apesar das recomendações para a educação continuada no contexto da propagação de uma epidemia que exige distanciamento social, ainda enfrenta dificuldades. O desafio é a jornada de todos os envolvidos no processo de ensino. Portanto, por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória e metodológica, buscamos discutir a formação educacional durante a pandemia e a evolução dos cursos de Língua Portuguesa durante a educação a distância para examinar as principais dificuldades e originalidade no uso da tecnologia. Neste momento desafiador e desafiador. Para tanto, buscamos investigar o ensino dessa disciplina por meio de questionários, base para compreende-se o ensino da Língua Portuguesa na atual conjuntura educacional. Por fim, aprendemos que algumas das dificuldades encontradas pelos professores dessa disciplina se devem ao fato de a educação brasileira não estar preparada para tantas mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Língua Portuguesa, Desafios, Escola.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the challenges faced by distance education and, most importantly, to highlight the difficulties of teaching the Portuguese language in periods of social isolation. With the limited

³⁹ Licenciatura Plena em Química - Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT. Tecnólogo em Investigação Forense e Perícia Criminal - ESTÁCIO DE SÁ; Pós-graduação: Ensino de Química - FAVENI.

⁴⁰ Licenciatura Plena em Matemática - Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT; Licenciatura Plena em Pedagogia - FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: Ensino da Matemática - Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) - FAVENI; Pedagogia Empresarial, Educação Especial e Inclusiva - FAVENI.

⁴¹ Graduação: Licenciatura Plena em Letras - Português/Espanhol - Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; Pós-graduação: Psicologia da Educação e Aprendizagem - Universidade Cândido Mendes - UCAM.

⁴² Graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia - Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL; Plena em Letras - Português/Espanhol - FAVENI; Licenciatura Plena em Educação Especial - FAVENI; Pós-graduação: AEE- Atendimento Especializado Educação Infantil e Alfabetização.

impact of the Covid-19 pandemic, emergency education became the best option. However, despite the recommendations for continuing education in the context of the spread of an epidemic that requires social distancing, it still faces difficulties. The challenge is the journey of everyone involved in the teaching process. Therefore, through an exploratory and methodological qualitative research, we seek to discuss educational training during the pandemic and the evolution of Portuguese language courses during distance education to examine the main difficulties and originality in the use of technology. In this challenging and challenging time. Therefore, we sought to investigate the teaching of this subject through questionnaires, which are the basis for understanding the teaching of the Portuguese language in the current educational context. Finally, we learned that some of the difficulties encountered by teachers in this discipline are due to the fact that Brazilian education is not prepared for so many changes.

KEYWORDS: Teaching, Portuguese Language, Challenges, School.

1. INTRODUÇÃO

Neste mundo em rápida mudança, a educação precisa ser mais flexível, mista, digital, ativa e diversa. O processo de aprendizagem é múltiplo, contínuo, misto, formal e informal, organizado e aberto, proposital e inconsciente. Hoje em dia, são inúmeras as vias de aprendizagem individuais e grupais que competem e ao mesmo tempo interagem profundamente com as vias de aprendizagem formais, e questionam o rigor dos planos de ensino das instituições de ensino.

A chamada educação a distância precisa sair do modelo de conteúdo e integrar todas as possibilidades trazidas pela tecnologia digital: flexibilidade, facilidade de compartilhamento, ver e ouvir nossas vozes, desenvolver projetos em grupo e individualmente, visualizar o caminho de cada um, criar mais possibilidades de um roteiro personalizado. Deve também incorporar várias formas de aprendizagem ativa para ajudar os alunos a desenvolver habilidades

cognitivas e socioemocionais. Além da educação à distância, também podemos discutir a educação flexível online.

A maioria das instituições educacionais (presencial / híbrida / online) se preocupa em fazer mudanças, mas os modelos de design fechados dominam, a sequência do script de todos é a mesma e o foco está no conteúdo, e não nas habilidades.

De acordo com o objetivo, estágio de formação, modelo organizacional (seja em grande escala), existem diferentes modelos de ensino. Hoje em dia, os modelos pré-planejados dominam, fornecendo vídeos, textos e links envolventes, questionários, discussões, produções e avaliações quando apropriado. O grande desafio é aliar qualidade e quantidade, planos de ensino estruturados e flexíveis, atender muitas pessoas ao mesmo tempo e fazer com que todos encontrem significado e relevância, de forma a poder personalizar ao máximo o processo de aprendizagem.

A tecnologia digital pode ajudar com a tutoria digital de primeiro nível, monitorando as dificuldades mais previsíveis. Os especialistas fornecem a tutoria mais avançada para resolver problemas, expandir o significado e ajudar a construir um complexo. A importância da orientação, ou seja, o posicionamento mais personalizado dos projetos pessoais / profissionais / de vida, tornou-se hoje um importante novo componente curricular.

Este artigo reflete sobre o desenho de ensino em resposta às necessidades dos alunos no processo de aprendizagem. Portanto, na classificação do design instrucional misto, proposta por Alammery et al. (2014, pág. 448), esta pesquisa é um híbrido de alto impacto, ou seja, desenvolve um desenho curricular baseado nos objetivos propostos pelo professor e aliado ao uso da tecnologia. professor. alunos.

No entanto, com esse modelo de ensino, os professores agora podem usar uma variedade de ferramentas para fornecer materiais de apoio e podem alcançar

uma estrutura de ensino mais complexa e interessante do que os livros didáticos tradicionais (BRAGA, 2009). No entanto, devido à desigualdade existente no sistema de ensino, as dificuldades da educação pública incluem a falta de computadores e ligações domiciliárias, bem como a formação de profissionais em plataformas de ensino e diversos meios técnicos. Assim, face à atual situação epidémica, reconhecer os desejos e desafios dos professores portugueses pode melhorar o seu desempenho, pois esta informação pode tomar decisões conscientes para a tomada de comportamentos de enfrentamento.

2. EDUCAÇÃO E COVID-19

A doença por coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um coronavírus recém-descoberto. Sars-CoV-2 é o patógeno da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Quando uma pessoa infectada tosse ou espirra, o vírus é transmitido principalmente pela saliva ou secreções nasais (AHN et al., 2020).

Diante dessa situação, mudanças nos métodos tradicionais de ensino que exigem reformas aceleradas têm trazido instabilidade ao sistema educacional. Além da queda na qualidade de vida associada a esse período, professores e alunos também precisam se reformar no uso da educação virtual. Apps e redes sociais são considerados ferramentas de educação a distância (EaD), mas esse modelo de ensino tem suas limitações estruturais, que estão relacionadas à aquisição de indicadores sociais (PATTO, 2013).

Na nota técnica do Ministério da Educação, foi esclarecida a discussão entre “aulas a distância” e “sem aula”, com o argumento de que o absentismo devido à instabilidade do ensino a distância vai agravar ainda mais a desigualdade social. Portanto, os estados e municípios seguirão a formação local e a possibilidade de cursos à distância na etapa local do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2020). As pessoas estão muito preocupadas com a paralisia

completa do processo de ensino e redução do estímulo de busca do desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos, portanto, estimular salas de aula remotas é considerado uma estratégia relacionada.

Porém, quando aplicada em larga escala na educação básica, há evidências de que alunos que realizam atividades inteiramente a distância aprendem menos do que alunos que têm experiência presencial na escola, mesmo que outros fatores que possam afetar o desempenho acadêmico sejam considerados em consideração. (BARRERA-OSARIO; LINDEN, 2009).

Devido à desigualdade social no Brasil, é possível determinar quem pode utilizar seus próprios equipamentos técnicos e acesso à Internet para os cursos e quem está totalmente desamparado. Além disso, o espaço físico do ambiente escolar foi substituído por telas limitadas ao espaço da casa, que normalmente não é adequado para esse fim. Portanto, os alunos com maior poder aquisitivo apresentam melhor desempenho acadêmico e tendem a se beneficiar mais das soluções tecnológicas. Pode-se observar ainda que, na falta de alfabetização digital, nem todos os professores conseguem utilizar corretamente as tecnologias de informação e comunicação e orientar de forma eficaz o corpo discente. (ARAÚJO, 2012).

A preparação inadequada desses sistemas de informação prejudicará a eficiência da EaD. Portanto, a falta de treinamento e equipamentos dificulta a continuidade do ensino. Também é preciso enfatizar que, durante esta pandemia, a relação entre as crianças e os jovens responsáveis pela educação está encolhendo. A falta de incentivo em casa pode levar a problemas relacionados à diminuição do desempenho acadêmico e declínio cognitivo. Essas condições podem aumentar a taxa de abandono nos momentos após a pandemia (PALÚ; SCHÜTZ; MAYER, 2020).

Os grupos de alunos enfrentam o maior desafio pedagógico ao implementar estratégias de ensino que minimizem o tempo atual, pois as

autoridades de saúde se preocupam que com a volta dos cursos presenciais possa ocorrer o surto do COVID-19 (Brasil, 2020). Isso pode estender ainda mais as restrições sociais e restringir a educação. Portanto, é necessário ter expectativas realistas para as várias soluções existentes, sabendo que são alternativas importantes na atualidade, mas não podem atender a todas as necessidades acadêmicas esperadas e previstas no curso.

2.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E TECNOLOGIA DUARANTE A PANDEMIA

Diante da atual pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19), a escola está sob o controle desse ameaçador vírus de saúde pública, repensando sua prática e buscando novas estratégias para que a instituição exerça sua verdadeira concepção-sentido. Muito necessário. A possibilidade de o aluno aprender, entender seu papel e mudar o mundo ao seu redor (FREIRE, 2008). Portanto, para exercer essa função, o professor deve se reconfigurar para se adaptar às mudanças provocadas por essa epidemia em escala global.

No início do ano letivo de 2020, todas as escolas devem planejar como de costume e devem desenvolver planos anuais, mas devido à nova pandemia de coronavírus, esses planos devem ser "arquivados". Para proteger a saúde de alunos e professores, escolas em todo o Brasil foram fechadas.

Devido à taxa de transmissão atingida, a Organização Mundial da Saúde classificou a doença como uma pandemia, e atualmente não existe uma vacina ou tratamento específico para o COVID-19. Esta epidemia é um desafio de saúde pública que requer esforços urgentes e coordenados de todos os setores da sociedade para reduzir o risco de poluição e a perda de vidas da população. Por precaução, estabeleceu-se o distanciamento social e suspendeu-se as atividades escolares (WHO, 2020).

Essa medida teve um grande impacto porque a maioria dos professores não está preparada ou treinada para essa mudança. Devido à incerteza de retorno às salas de aula, diretores de secretarias municipais de educação de todo o país discutiram alternativas que possam atender às qualificações acadêmicas esperadas para 2020. Incentive as famílias com necessidades especiais a continuar aprendendo o conteúdo do plano por meio de educação à distância de emergência (FIOCRUZ, 2020).

No que diz respeito ao assunto, como fornecer determinado conteúdo, quais tecnologias ou métodos e ferramentas serão utilizados, como atingir os alunos e a atenção à linguagem tem atraído muita atenção. Portanto, há muitas atenções e preocupações em o passado e o presente. Este processo. E, no que se refere à disciplina de português, a categoria e o conteúdo da língua materna, a memória das regras que constituem a gramática e parte da expressão fonética, morfológica e sintática, enfim, há uma série de regras que fazem muitos dos nossos alunos e falam a nossa língua. As pessoas têm medo, afirmam: "Nunca aprendi português", na verdade, o que querem dizer é que nunca aprenderam as regras que constituem a gramática normativa. No ensino presencial e a distância, o que é inerentemente difícil, torna-se mais complicado devido à pouca participação e interação dos alunos nas salas de aula online.

Para o ensino a distância, mudar o formato de ensino é muito importante porque a situação mudou e tanto professores quanto alunos saíram da sua "zona de conforto" e entraram no espaço digital. O mundo virtual abriu as portas para esses novos temas, e até então eles pensavam que sabiam manipular máquinas e / ou tinham pouquíssimas aplicações. Para realizar o processo de ensino, os professores devem inovar suas próprias práticas em um curto espaço de tempo. O que se seguiu foi a realização de cursos, oficinas e casas transformadas em salas de aula, ao mesmo tempo, todo o processo não parava.

Nesta modalidade de ensino, as aulas são ministradas em tempo síncrono (seguindo o princípio do ensino presencial), as videoconferências e as aulas

teóricas são ministradas através do sistema de conferência em rede. Existem muitos momentos interessantes na sala de aula e os professores podem interagir através de vários sistemas., ao usar as ferramentas educacionais disponíveis no Google For Education, e ao longo da semana, essas atividades continuam a ser inseridas de forma assíncrona em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), como o Google Classroom.

Como mencionado anteriormente, o português considera uma variedade de conteúdos pedagógicos, muitas vezes os professores hesitam em saber por onde começar a trabalhar. Entre vários conteúdos, incluindo produção de textos, leitura, compreensão de textos, tipo de texto, gênero de texto, uso de regras gramaticais, conteúdos extremamente desafiadores na educação a distância, pois os alunos ainda não se sentem muito à vontade na interação, porque a escola tem priorizado texto escrito, faltam trabalhos orais.

Portanto, esses novos recursos digitais têm inspirado sugestões de ensino menos centradas no professor e mais voltadas para a interação e o diálogo (BRAGA, 2009). Portanto, não há dúvidas de que a discussão das sugestões de ensino de língua materna relacionada à tecnologia digital. o que estamos fazendo hoje é interessante e encorajador, longe do ideal, mas é possível diante da falta de retornos reais e seguros face a face.

2.2 A ARTE DE ENSINAR E SE REINVENTAR - AULAS DE LINGUA PORTUGUESA

Enfrentando tantas dificuldades, os professores estão usando uma sabedoria inovadora para harmonizar a arte de ensinar. Os desafios são muitos, e não há dúvida de que esses desafios aparecem no ensino de todas as disciplinas. Portanto, com o objetivo de compreender o ensino em situações de emergência, principalmente o suporte técnico do ensino de português em situações de emergência e a capacidade do professor de realizar o processo de ensino neste

momento atípico, aplicamos um questionário online com o auxílio do Formulários Google para responder aos questionamentos levantados e entender como os professores da disciplina reagem ao modelo de EAD.

O questionário pretende compreender os desafios enfrentados pelos professores das disciplinas de português e analisar as maiores dificuldades que irão enfrentar neste momento. Seu aplicativo conta com um total de 14 professores de diferentes escolas de ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino do Estado de Paraíba, que estão desenvolvendo integralmente atividades a distância para se conectar com as diferentes formações da época.

Quando questionados sobre as ferramentas que mais usaram durante a educação de emergência, a maioria das pessoas relatou usar Whatsapp e materiais impressos para alcançar seus alunos durante esse período, e disse que usava atividades de impressão para alcançar alunos não conectados. Alguns professores também relataram o uso dos aplicativos Google Meet e Zoom, que permitem palestras simultâneas.

Como mencionado acima, o ensino emergencial parece ser uma forma alternativa de dar continuidade ao processo de ensino, com isso buscamos entender se os professores acreditam que os alunos têm acesso ao conhecimento, mas infelizmente 71,4% das pessoas disseram não acreditar em acreditar no seu conhecimento. Os alunos vão conseguir o mesmo que a educação presencial, o que pode deixar uma lacuna na educação brasileira, pois uma vez que um aluno "esgote" uma determinada ordem de conteúdos, pode sofrer prejuízos, é claro, prejudicará sua compreensão de outro conteúdo.

Desse modo, os professores expressaram que esperam que as atividades escolares futuras sejam aprimoradas, pois acreditam que, em um período de incertezas da educação, a educação pode ser moldada de acordo com os desafios encontrados no ensino emergencial. Como pode ser visto no relatório aqui

publicado, os professores acreditam que o uso da tecnologia educacional será ampliado.

Diante destas mudanças na educação pós-pandemia, Garofalo (2020) afirma que:

[...] Professores e estudantes têm aprendido, com mudanças, em que a lousa é a tela do computador, anotações se misturam em esferas impressas e digitais, as cadeiras da sala de aula e os estudantes não são mais no mesmo espaço, tudo isso incorporando há ambientes únicos de aprendizagem digital. (GAROFALO, 2020).

Diante disso, os fatos comprovam que a formação técnica é um dos principais problemas da educação a distância, pois muitos professores que não podem usar a tecnologia são obrigados a se remodelar e atender às suas necessidades a todo custo. Além disso, mesmo diante de uma grave falta de formação, muitas instituições não tiveram o incômodo de montar cursos para seus professores, o que pode ser um dos principais motivos desse grave problema.

Portanto, de acordo com os professores entrevistados, a gramática é a habilidade mais difícil de passar pelo ensino a distância. É claro que isso se deve ao fato de que no ensino de gramática os professores costumam usar lousas e lápis fáceis de operar em sala de aula, enquanto no ensino a distância o mouse substitui o lápis e seu uso torna-se mais refinado. Além disso, o ensino da gramática em sala de aula sempre suscita muitas discussões, talvez no ensino a distância essas discussões sejam de pequena escala porque muitos alunos ainda estão acostumados com essa modalidade de ensino, novas perspectivas ainda surgirão diante dessa onda de mudanças em que o mundo está passando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo mostram que as dificuldades do ensino emergencial são reconhecidas e, portanto, embora represente o melhor método

de ensino que leva em consideração professores e alunos distantes, ainda existem alguns desafios para a consolidação do ensino.

Portanto, por meio de pesquisas, constatamos que o ensino de português sempre foi o principal impasse para os professores dessa disciplina. Hoje, a educação vive um período de incertezas e insegurança, os professores são obrigados a lidar com todos esses sentimentos e harmonizar a arte de ensinar com a necessidade de se remodelar. É realmente um desafio no momento, e os professores que passaram no questionário confirmaram isso.

É verdade que o uso da tecnologia já passou a fazer parte da rotina de ensino de muitos professores, mas antes disso, a maioria das pessoas está acostumada a usar a tecnologia como mais um método de ensino em sala de aula, e não como o único meio de promoção do conhecimento. Portanto, a educação desafiadora de hoje espera superar esse momento difícil aproveitando as oportunidades, pois uma vez que a tecnologia é reconhecida como uma grande aliada da educação, as pessoas a acham irreversível.

REFERÊNCIAS

ALAMMARY, Ali, SHEARD, Judy, CARBONE, Angela. Blended learning in higher education: **Three different design approaches**. Australasian Journal of Educational Technology, [S.l.], v. 30, n. 4, sep. 2014. Disponível em: <<https://ajet.org.au/index.php/AJET/article/view/693>>. Acesso em maio de 2021.

ARAÚJO, A S(2012). **A alfabetização digital no contexto da formação inicial professores**. Disponível em: [ttps://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10177/28/27.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10177/28/27.pdf). Acesso em: 26 de Setembro de 2020.

BARRERA-OSARIO E LINDEN, L. (2009). **The Use and Misuse of Computers in Education: Evidence from a Randomized Controlled Trial of a Language Arts Program**. WorkingPaper, Columbia University.

BRAGA, D. B. **Práticas letradas digitais: considerações sobre possibilidades de ensino e de reflexão social crítica**. In: RODRIGUES-JÚNIOR, A.S. A internet & ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Singular, 2009, 2ª edição, (p. 181-196).

BRASIL (2020). **Nota técnica ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19**. Ministério da Educação, Brasil.

BRUNER, J. **Uma Nova Teoria da Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1976

DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Nacional. 1959a .

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 27ª Edição.

GAROFALO, D. **O que esperar da educação pós pandemia?** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/debora-garofalo/2020/05/13/o-que-esperar-daeducacao-pos-pandemia.htm>>. Acesso em maio de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LUFT, Lya. Brasileiro Bonzinho. Revista Veja. São Paulo, Ed. 2320. 24.abr. 2013.

MATTAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MANDELA, N. **Lighting your way to a better future**. Discurso no lançamento da Mindset network. 2003. Disponível:
http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NM S909&txtstr=edu c ation%20is%20the%20most%20powerful. Acesso em maio de 2021.

PALÚ, J; SCHÜTZ, J A; MAYER, L (2020) **Desafios da educação em tempos de pandemia - Cruz Alta**: Ilustração, 324 p.

WHO. (2020). **Overview Coronavirus**. Disponível em:
https://www.who.int/healthtopics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em maio de 2021.